

Faculdade Católica Dom Orione - FACDO



Núcleo de Extensão e Iniciação Científica
INEIC

**VIII FÓRUM CIENTÍFICO
FACDO**

19, 20, 21 e 22 de outubro de 2016



www.catolicaorione.edu.br

NEIC – NÚCLEO DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

VIII FÓRUM CIENTÍFICO DA FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE - FACDO

ANAIS

ARAGUAÍNA/TO

2016

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM ORIONE

VIII FÓRUM CIENTÍFICO FACDO

Anais

ISBN: 1982-2308

19,20,21 e 22 de outubro 2016 – Faculdade Católica Dom Orione
Araguaína - TO

FACULDADE CATÓLICA DOM ORIONE

Diretoria Geral: Pe. Josumar dos Santos

Diretoria Acadêmica: - Pe. Eduardo Seccatto Caliman

Coordenação do Núcleo de Extensão Iniciação Científica – NEIC: Edison Fernando Pompermayer

COMITÊ ORGANIZADOR DO VI FÓRUM CIENTÍFICO

Deusamara Dias Barros Vaz

Edison Fernando Pompermayer

Elisangela Silva de Sousa Moura

Geraldo Alves Lima

Humberto Tenório Gomes

Maria das Graças Aires de Medeiro Andrade

Maicon Rodrigo Tauchert

Nilsandra Martins de Castro

COMISSÃO AVALIADORA DE TRABALHOS

Me. Edison Fernando Pompermayer

Me. Nilsandra Martins de Castro

Organizadores Responsáveis pelos Anais do VIII Fórum Científico: Edison Fernando Pompermayer e Nilsandra Martins de Castro.

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Eduardo Ferreira da Silva CRB-2/1257

Fórum Científico da Faculdade Católica Dom Orione, 6., Araguaína, TO, 2016.

F692

Anais do VIII Fórum Científico da Faculdade Católica Dom Orione / Faculdade Católica Dom Orione, 19, 20, 21 e 22 de outubro de 2016 / organizado Edson Fernando Pompermayer; Nilsandra Martins de Castro -- Araguaína: FACDO, 2016.

ISBN: 1982-2308

1. Direito 2. Sociedade 3. Violência 4. (In)segurança pública 5. Crime I. Pompermayer, E.F. II. Castro, N.M. III. Título V. Anais do VIII Fórum Científico da Faculdade Católica Dom Orione

CDD 342.085

APRESENTAÇÃO

O VI Fórum Científico da Faculdade católica Dom Orione é um evento tradicionalmente organizado pela Coordenação do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da Católica - NEIC, que visa problematizar questões ligadas aos Cursos de Administração, Direito, Gestão Hospitalar, Gestão Financeira e Psicologia da referida Instituição de Ensino Superior. O Fórum em questão ocorreu nos dias 19, 20, 21 e 22 de outubro de 2016, sediado na Faculdade católica Dom Orione - FACDO.

O VIII Fórum Científico da FACDO reuniu conferências, mesas-redondas, apresentações de comunicações de acadêmicos e pesquisadores nas áreas diversas. Entendemos que este evento é um meio de refletirmos e debatermos sobre o cenário social geral, de modo a propor alternativas que propicie e impacte na realidade em que estamos inseridos. Atrélendo-se a isto, a busca de imprimir em nosso alunado uma maior responsabilidade ética e social que só pode advir através da pesquisa.

Nilsandra Martins de Castro

DISCURSO DE ABERTURA DO EVENTO

O Fórum Científico da Faculdade Católica Dom Orione hoje na sua VIII edição já se tornou tradicional como evento científico no calendário da Região do Norte do Tocantins. O intuito é estimular docentes e acadêmicos na produção científica, a FACDO tem oferecido bolsas para aqueles que se comprometem com atividades de pesquisa (por meio do PROCIENT – Programa Institucional de Iniciação Científica) e, ainda recompensados pelas horas/atividade no curso, enriquecendo assim os seus currículos.

Toda pesquisa do programa segue enquadramento nas linhas temáticas contempladas no Núcleo de Extensão e Iniciação Científica que são: 1 – Desenvolvimento sustentável e meio ambiente; 2 – Cidadania e Inclusão Social; 3 – Identidade, memória e direito; 4 – Gestão, conhecimento e inovação; 5 – Direitos humanos e solidariedade.

Durante os 11 anos de existência da Faculdade Católica Dom Orione, o Núcleo de Extensão e Iniciação Científica já desenvolveu mais de 150 projetos de Iniciação Científica, colaborando para a consolidação e o desenvolvimento da região.

Atualmente o departamento conta com 19 projetos em andamento, e como resultado da chamada do último edital temos mais de 23 projetos em análise.

A seleção dos participantes (docentes e acadêmicos) respeita rigorosos critérios apresentados à comunidade acadêmica por meio de editais que permitem a participação de todos os interessados em igualdade de condição dentro das linhas de pesquisas estabelecidas pelo NEIC.

A participação dos docentes e acadêmicos desta e de outras Instituições de Ensino Superior, enriquecem o evento com a divulgação dos resultados de suas pesquisas, além de suas experiências profissionais para o pensar e o construir Ciência.

Este evento é marcado com o brilhantismo e dedicação da comissão organizadora do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica, e dos Cursos de Direito, Administração, Psicologia, Gestão Financeira e Gestão Hospitalar, com também de todos os colaboradores diretos e indiretos da FACDO, que com seu apoio incondicional propiciaram a realização deste Fórum Científico. Aproveitem este evento e Desejo Sucesso a todos!

Fernando Pompermayer

Supervisor do Núcleo de Extensão e Iniciação Científica da FACDO

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

19.10.2016

A conferência de abertura do VIII Fórum Científico foi Gestão, conhecimento e inovação, esta foi realizada pela MSc. Paulette Alberis Alves de Melo, é Mestre em Administração pela Universidade IMES - SCS. É Pós-graduada em ADM. de Inst. Financeiras pela FGV - EAESP e MBA em Gestão Empresarial pela FGV-EPGE. Graduou-se em Direito pela UBC- MC. Atuou durante 28 anos como Executiva do Grupo Santander Banespa, sendo Superintendente Regional do ABC Paulista, na Liderança de Equipes Administrativas e Comerciais. É Professora convidada da Fundação Getulio Vargas - FGV - Management - IDE, ministrando aulas nas áreas de Gestão Estratégica de Pessoas, Liderança Criativa e Gestão de Pessoas e Equipes, Ética e Responsabilidade Social para os MBA s de Gestão Empresarial, MBA Internacional em Marketing, MBA em Gestão de Vendas, MBA em Gestão de Pessoas; MBA em Gestão de Com. Exterior e Neg. Internacionais, MBA Executivo em Saúde e MBA Executivo em Logística. É também professora dos MBA s da Universidade Imes. Foi Presidente durante dez anos de empresa do Terceiro Setor. É Consultora e sócia da empresa DESIREE Consultoria em Recursos Humanos Ltda. e ministra Cursos e Palestras in company e em Universidades a convite da FGV e das empresas.

Mesa Redonda – 20.10.16 (15h às 17h)

Intitulada “*Comunicação, Responsabilidade Socioambiental com Solidariedade e Ética*”, foi desenvolvida por Marilene Rodrigues de Carvalho; Cárita Bezerra; Carlos Diego Cardoso Ferreira; Aníbal de Sousa Neto; Charles Ferreira; Lilian Fonseca Fernandes.

Os responsáveis pela organização foram as Ligas acadêmicas de: Comunicação Social; Ética e Cidadania; Solidariedade – LUS; Responsabilidade Socioambiental supervisionadas pelo Professor Me. Geraldo Alves Lima.

Momento Cultural: Maroca e Cia. (19h)

CONFERÊNCIA (20h às 22h)

Diálogo: “Desafios da Mulher Contemporânea nos Espaços Público e Privado”, proferida pela professora Dra. Thelma Pontes Borges e pela Me. Grazielle Tavares de Souza Reis, a mediação foi feita pela professora Letícia Bitencourt – FACDO.

Oficinas 21.10.2016 (15h às 17h)

As oficinas ofertadas foram “Como fazer citações”, ministrada pela professora Dra. Mirian Deboni (FACDO); “Escrita acadêmica voltada para projetos de pesquisa”, ministrada pelo professor Marlon Magno (Santa Cruz); “Produção de resumos científicos”, ministrada pela professora Dra. Lúcia Maria Barbosa do Nascimento (FACDO) e “Escrita de gêneros acadêmicos”, ministrada pela professora Me. Naiane Vieira dos Reis (UFT).

Momento Cultural (19h) “As Leticias”

CONFERÊNCIA

A conferência da noite foi intitulada “*Síndrome de Bornoult*”, com a professora Me. Karla Barbosa Klein, o mediador da conferência foi o Me. Lucas Delfino Araújo.

Apresentação de trabalhos 22.10.2016 (8:30 às 12:00)

A manhã de sábado foi povoada por trabalhos com diferentes enfoques, desde comunicações orais em salas até apresentação em formato banner.

RESUMOS ESTENDIDOS EM FORMA DE COMUNICAÇÃO ORAL

FORMAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO: A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO POSSIBILIDADE DE LETRAMENTO LITERÁRIO

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa, tem o ensino de literatura e a formação do leitor literário, como objeto de investigação, partindo da premissa de que o ensino de literatura é uma importante ferramenta, na prática pedagógica para construção do hábito de ler.

A opção pela temática ora apresentada se deu por entendermos que o ensino de literatura, em suas diversas manifestações verbais ou imagéticas, possibilita o aprendizado e a formação de leitores críticos.

Sabemos que é uma temática, bastante investigada na atualidade, mas consideramos que, se trata de problematização passiva de vários olhares.

O que provocou essa inquietação para desenvolver este projeto, foram os dados apresentados pela pesquisa Retratos da Leitura do Brasil 3¹, que revelou uma diminuição no número de leitores no ano de 2011, em relação ao ano de 2007, e também a atual conjuntura da leitura nas escolas.

De acordo com os dados da pesquisa, no ano de 2007 o número de leitores eram de 55% e em 2011 caíram para 50%, como podemos ver

Com relação aos resultados da última pesquisa, dada a conhecer em 2012, causou estranheza e incômodo o fato de que seus dados apontavam para a diminuição do índice de leitura entre os brasileiros: se em 2007, 55% dos brasileiros entrevistados se classificaram como leitores, 2011 eles não passaram de 50% (CUNHA, 2012, p. 84).

Esse dado é preocupante, pois sabemos que é através da leitura, sobretudo da leitura literária, que se alcança uma consciência crítica, e uma visão ampliada, para os enfrentamentos das problemáticas políticas e sociais.

A partir da leitura dos resultados apresentado pela pesquisa, podemos inferir os brasileiros estão praticando outros tipos de leituras, em detrimento da leitura escrita. Ou, que, as práticas pedagógicas de leituras e leituras literárias, não estão envolvendo os alunos, de

¹ Instituto Pró-Livro (2012).

forma que os conduza para o hábito da leitura. Nesse sentido, entendemos que é preciso trazer para dentro dos muros da escola práticas pedagógicas com estratégias que visem envolvimento do aluno com as leituras, e leituras literárias em suas várias possibilidades, verbais e imagéticas.

Segundo Lener (2002) a leitura e a escrita são instrumentos que influenciam na visão de mundo e remodela o pensamento, assim:

O necessário é fazer da escola um âmbito onde leitura e escrita sejam práticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, onde interpretar e produzir textos sejam direitos que é legítimo exercer e responsabilidades que é necessário assumir. (LENER,2002, p.18)

Conforme apresentado pela autora, a escola é o local por excelência, para o exercício do ensino da leitura, com participação do aluno, nas construções e interpretações dos textos. Concordamos com a visão apresentada, de que escola tem a primazia no ensino, mas acreditamos que a responsabilidade é de todos. A formação do leitor literário, tem como base o tripé: pais, professor e escola.

Problemática

Assim, é que apresentamos a problemática: como formar o leitor literário sem a prática de um ensino de literatura significativo, embasado nas leituras literárias?

Hipóteses

Temos como hipóteses para responder à problemática:

- A formação do leitor literário pode ser influenciada pela mediação do professor em sala de aula;

- A contação de histórias em sala de aula, pode ressignificar o ensino de literatura na formação do leitor literário. Como objetivos, pretende-se experienciar a contação de histórias em sala de aula, como possibilidade para a formação do leitor literário.

Os objetivos específicos pretende-se:

- Praticar o ensino de literatura, através de oficinas com narrativas orais, de forma que, a contação de histórias, seja uma aliada na formação do leitor literário;
- Vivenciar o letramento literário, por meio de oficinas de leituras;
- Desenvolver o gosto pela leitura de obras da literatura infantil e juvenil de literatura de cordel, com recitação do folheto pavão misterioso;
- Conhecer a prática do letramento literário que permeia o fazer docente na Escola Municipal Leia Raquel Dias Mota.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de pesquisa, apresenta a contação de histórias, como aliada no ensino de literatura e na formação do leitor literário. Essa proposta, é por entendermos que o ensino de literatura, em suas diversas manifestações, verbais ou imagéticas, possibilita o aprendizado e a formação de leitores críticos.

O projeto é pertinente porque faz parte da linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL, e consideramos que a pesquisa é relevante, porque despertará no aluno a curiosidade para as leituras e leituras literárias, por meio da contação de histórias. Nesse sentido, o projeto contempla às duas instâncias: científica e social.

É necessária estratégia para resgatar o gosto pela leitura literária, porque a literatura faz parte da vida. De acordo com Cosson (2014, p. 17) a “literatura torna o mundo compreensível transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas”. Na visão do autor, a prática de uma leitura literária, fará uma transformação no mundo do leitor, porque quem lê, tem possibilidades de alcançar novas interpretações, resignificando sua visão de mundo.

Nesse sentido, acreditamos que trabalhar a formação do leitor, por meio de oficinas com leituras de literatura de cordel e contação de histórias, possibilitará a construção do prazer de ler, pois, de acordo com Solé (1998), os conteúdos oferecidos como suporte de leitura devem ser “interessantes”, “atraentes”, para que tenha o efeito de motivação. Por isso que, o professor, deve buscar trabalhar a literatura de forma que chama a atenção do aluno no processo de leitura.

Trabalhar a formação do leitor a partir da literatura, com suas diversas formas, desenvolverá no aluno o hábito de leitura, porque segundo Cosson (2012, p. 29), “o segredo maior da literatura é justamente o envolvimento único que ela nos proporciona em um mundo feito de palavras”. Na visão do autor a literatura é uma forma privilegiada de linguagem. Concordando com sua visão, acreditamos, que a formação do leitor está intrinsecamente ligada à prática da leitura com sentido, identificada, e a literatura propicia isso, porque a literatura serve tanto para ensinar a ler e a escrever quanto para formar culturalmente o indivíduo.

No sentido de re(construir) o hábito da leitura, é que apresentamos esse projeto, com o intuito de formar leitores a partir do ensino de literatura, tendo como aliada a contação de histórias.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a construção do projeto, pesquisamos também sobre letramento, para posteriormente, adentrar no letramento literário.

Letramento na visão de Street (1984), são práticas de escritas adquiridas, socioculturalmente, resultante das estruturas de poder onde o indivíduo se situa. Para Soares, (2012), letramento é a tradução do termo inglês literacy, que tem sua origem no latim littera, que significa letra. A palavra literacy, representa a condição ou estado daquele que aprendeu ler ou escrever. Assim:

Letramento, é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. (SOARES, 2014, p. 18).

Conforme a autora o letramento indica posse, uma ação, um estado ou condição de ser de alguém que sabe ler ou escrever. Portanto letramento é importante para a conquista da cidadania.

Para Kleiman (1995) a definição de letramento também compreende um conjunto de práticas sociais, mas com contextos e objetivos específicos. Sendo letramento um conjunto de práticas sociais, com fins e objetivos específicos, nossa pesquisa se estenderá para o letramento literário. Pois, a literatura tem sua especificidade na ficcionalidade. Cosson (2014) apresenta letramento literário, como uma prática social, conforme descrito:

Por fim, devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização. (COSSON, 2014, p.23)

Conforme apresentado, pelo autor, o letramento literário é uma prática social que deve ser praticada no âmbito da escola, com o compromisso que todo saber exige, de forma que a formação do leitor se estenda para além do conhecimento literário. Seguindo a linha de pensamento de Cosson (2014, p. 27) ele esclarece que o letramento, sobretudo o letramento literário, facilita a manipulação dos textos, é, fundamental para o aprendizado. Assim

esclarecido sobre letramento e letramento literário passaremos a apresentar a fundamentação teórica sobre literatura.

Para definir a importância do ensino de literatura apresentaremos, Coelho (2000), que aponta a escola como um espaço que deve ser dividido em dois ambientes, para melhor desenvolver as atividades de leituras.

No que diz respeito às atividades com a literatura e a expressão verbal, o espaço-escola deve se diversificar em dois ambientes básicos: o de estudos programados (sala de aula, bibliotecas para pesquisa, etc.) e o de atividades livres (sala de leitura, recanto de invenções, oficina da palavra, laboratório de criatividade, espaço de experimentação, etc.). (COELHO,2000, p.17)

Como apresentado pela autora, a formação do leitor, implica em práticas com estratégias, é relevante que as leituras sejam realizadas em locais que atraem a atenção do estudante, que influencie seu imaginário.

Respeitando as competências de cada nível escolar, o ensino da leitura, deve ser da responsabilidade do corpo docente, conforme Solé (1998, p. 175), “parece óbvio que o esforço desse professor não será tão desgastante se o mesmo se integra em uma dinâmica na qual pode discutir seus projetos, compartilhar suas ideias”, para a autora, o compartilhamento das ideias e dúvidas, diminui os esforços e produz um resultado melhor. Assim sendo, a formação do leitor é da competência da escola, de todo corpo docente, e por conseguinte também da família tendo em vista que o ato de ensinar é uma prática social, e o aluno começa a aprender no seio da família.

Embasado em Kleiman (2004a, p. 17), foi possível analisar a resistência que o aluno tem em ler, e “explica que a própria escola é considerada também um fator de resistência”, ela fala que as vezes é a própria escola com seu corpo docente que impede uma prática alternativa. A mesma autora fala ainda que “compreender o texto é fazer parte de um ação (KLEIMAN, 2013, p. 71). Então a compreensão do texto produz uma prática social, uma vez que se transforma em ação.

Ao analisar Antunes (2007), observar-se que a interação entre professores e alunos é fundamental para o aprendizado, para a construção do hábito de ler.

Se reconhecemos a conexão entre causa e efeito, podemos esperar que o mergulho de professores e alunos no ofício de falar, ler e escrever, todo dia, planejando e revisando, fazendo e refazendo, vai provocar a descoberta de um mundo novo, amplo, centrado mais em possibilidades do que em proibições: o mundo da interação promovida pela linguagem. (ANTUNES,2007, p. 124)

Analisando o apontamento da autora, fica evidente que a formação do leitor está centrada no planejamento de aulas com estratégia, com interação e participação, que resultará em uma prática social, na qual professor e aluno se interajam na construção dos textos de sua leitura.

Com Lerner (2002, p. 27), observa-se, que, “o desafio é formar praticantes da leitura e da escrita e não apenas sujeitos que possam ‘decifrar’ o sistema de escrita”. A autora fala “ainda que, “aprende-se a ler, lendo” e “aprende-se a escrever escrevendo”, são lemas educativos que expressaram o propósito de instalar as práticas de leitura e escrita como objeto de ensino” (LERNER, 2002, p. 61). Partindo desse pressuposto, fica evidente que o aluno terá uma participação efetiva na produção do saber, e assim as práticas de leitura e de escrita vão se configurando em fonte de reflexão crítica.

Para trabalhar a contação de histórias temos a visão de Coelho (2000, p. 17) que orienta a contação de histórias como suporte para o aprendizado, a autora fala que, a “escola deve diversificar em dois ambientes básicos: o de estudos programados, e o de atividades livres, como, oficina da palavra e espaço de experimentação”.

Também com Riter (2009, p. 67), percebe-se que o “Ouvir histórias e contá-las é primeiro passo na formação de leitores, de pessoas para quem o Era uma vez institui uma nova atmosfera, um novo universo”. De acordo com o autor, a formação do leitor tem como aliada a contação de histórias, ele entende que essa prática lúdica, favorece o aprendizado.

Como exposto, a contação de história é um dos vieses do letramento literário, para o aprendizado, e que sua prática em todas as séries independentemente da idade, representa um veículo, para alcançar o imaginário dos estudantes, posto que é uma arte antiquíssima e ainda seus efeitos são reais.

Assim, percebe-se a relevância da contextualização do trabalho pedagógico no ensino da literatura, e na formação do leitor, e do leitor literário, com práticas sociais escolarizadas, que tem como base o mesmo comprometimento dos outros saberes, despertando então, o prazer, o desejo de ler e compreender. Assim, acreditamos que, a contação de histórias pode ser uma aliada na formação do leitor.

METODOLOGIA

Para este estudo os recursos metodológicos terão investigação bibliográfica, abordagem qualitativa e será uma pesquisa-ação.

A pesquisa será realizada na escola Municipal Leila Raquel Dias Mota, que está situada na Rua Butiá, sem número, setor Vila Ribeiro, em Araguaína, estado do Tocantins. A escolha da escola se deu, por ser pública e porque é de ensino fundamental. Nossa proposta é para trabalharmos com os alunos do 4º ano.

Optamos por trabalhar com a pesquisa-ação, porque será um estudo que parte do princípio da busca de solução, da compreensão, da análise em conjunto. Segundo Pimenta e Ghedin (2012), esta forma de pesquisa, tem por pressuposto que, os sujeitos envolvidos têm interesses e objetivos comuns, assim:

Os sujeitos que nela se envolvem compõem um grupo com objetivos e metas comuns, interessados em um problema que emerge num dado contexto no qual atuam desempenhando papéis diversos: pesquisadores universitários e pesquisadores (professores, no caso escolar). Constatado o problema, o papel do pesquisador universitário consiste em ajudar o grupo a problematizá-lo, ou seja, situá-lo em um contexto teórico mais amplo, e assim possibilitar a ampliação da consciência dos envolvidos, com vistas a planejar as formas de transformação das ações dos sujeitos e das práticas institucionais. (PIMENTA E GHEDIN 2012, p. 26)

De acordo com o exposto, na pesquisa-ação o problema pesquisado se torna objeto de estudo, para a proposição de transformações das ações. Assim, procuraremos desenvolver todo o projeto em total harmonia com o corpo docente da escola.

Procuraremos também trabalhar conforme a visão de teoria da complexidade de Morin (2008), que não se pesquisa o problema, mas como se resolve o problema, nesse sentido, não pesquisaremos as práticas de ensino da literatura, mas como fazer essas práticas proporcionar a formação do leitor do literário.

Ao trabalhar com a pesquisa-ação, estaremos criando oportunidades, para que os professores que farão parte da execução deste projeto tomem como sua esta ideia, e faça sua multiplicação, levando esta experiência para outras Instituições, pois assim teremos uma expansão no número de formadores de leitores, e conseqüentemente dobraremos o número de leitores literários.

A pesquisa qualitativa segundo Pimenta e Ghedin (2012, p. 75) é de “caráter amplo e nela tem contido uma variedade de métodos”. Os recursos utilizados para garantir a qualidade científica deste trabalho serão do tipo etnográfico. A pesquisa do tipo etnográfica se justifica por ser uma pesquisa que busca conhecer a escola como espaço social, André (1995). Além das visitas diárias na escola, faremos controle dos empréstimos de livros, no sentido de

avaliarmos o interesse dos alunos pela leitura literária. Os livros para o empréstimo, serão doados pela pesquisadora. Os livros serão entregues dentro de um carrinho, para facilitar o transporte dos livros pela escola.

A pesquisa não gerará ônus para a escola. Todas as despesas serão por conta da pesquisadora.

CRONOGRAMA

Quadro 2 - Cronograma de realização do projeto: de Janeiro de 2016 a dezembro de 2017

ATIVIDADES	2016						2017					
	JAN/FEV	MAR/ABR	MAIO/JU	JUL/AGO	SETE/OUT	NOV/DEZ	JAN/FEV	MAR/ABR	MAI/JUN	JUL/AGO	SET/OUT	NOV/DEZ
Levantamento Bibliográfico												
Análise dos dados coletados												
Discussão da pesquisa e dos dados bibliográficos coletados com Orientador												
Visitas na escola para acompanhamento e entrega do carrinho de livros												
Apresentação das Oficinas												
Elaboração da redação final da monografia												
Envio da monografia à												

UFT e Orientador													
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela própria autora

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio de. **Etnografia da prática escolar**. 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Série Prática Pedagógica).

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (Estratégias de ensino; 5).

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**. São Paulo: Moderna, 2000.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da Leitura no Brasil 3. **O acesso à leitura no Brasil – os recados dos “retratos da leitura”**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró – Livro, 2012. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/atuacao/25-projetos/pesquisas/405-retratos-da-leitura-no-brasil-3-digital-4095>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas (SP): Mercado das Letras, 1995.

_____. **Oficina de leitura**: teoria e prática. 10. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 14. ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2013.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. São Paulo: Instituto Piaget, 2008.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, M. A. S. **Pesquisa em educação**: alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

RITER, Caio. **A formação do leitor literário em casa e na escola**. São Paulo: Biruta, 2009.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

STREET, B. **Literacy in theory and practice**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

A SOCIEDADE UNIPESSOAL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Nefertite Cunha Amanajás¹
Prof. Priscila Francisco da Silva²

RESUMO

O presente estudo visa compreender a sociedade empresaria, em especial, a possibilidade de ser constituída por apenas um sócio. Nesse ínterim, deparamo-nos com a sociedade unipessoal, cujo teor do presente é conceituá-la, bem como compreender seus elementos existenciais, modalidades e peculiaridades, além de verificar a possibilidade de aplicação de tal modelo societário no ordenamento brasileiro. Os objetivos que visamos alcançar são: esclarecer a diferença da sociedade unipessoal e dos demais tipos societários, assim como verificar a aceitação da sociedade unipessoal no ordenamento brasileiro, e igualmente apurar os tipos societários formados por um único sócio no Brasil. Para o alcance da discussão faremos estudo bibliográfico, analisando artigos científicos, bem como a legislação brasileira.

Palavras-chave: Direito Empresarial; Sociedade Unipessoal; Sociedade no Ordenamento Brasileiro; Exceções de Sociedade.

INTRODUÇÃO

O tema discutido no presente artigo tem o objetivo de compreender a sociedade empresária, em seu conceito e elementos existenciais. Não obstante, compreendendo a essência da sociedade empresária, nosso enfoque passará a ser o desvendar da possibilidade da constituição de uma sociedade formada por apenas um sócio.

Nesse ponto estudaremos a sociedade unipessoal, com o fito de deslindar o seu conceito propriamente dito, bem como seus pressupostos de existência e sua aplicação, principalmente no que cerne a responsabilidade do sócio unitário e o antagonismo com relação ao requisito de pluralidade de sócio dos modelos societários tradicionais.

¹Nefertite Cunha Amanajás. Acadêmica da Faculdade Católica Dom Orione; nefertite.amanajas@gmail.com

² Priscila Francisco da Silva. Docente da Faculdade Católica Dom Orione. Graduado, Especialista e Mestranda em Direito; priscilasilva@catolicaorione.edu.br

Por fim, constataremos se esse modelo é aceito no ordenamento jurídico brasileiro, e se há, em alguma hipótese a aplicação do mesmo.

Para desenvolver a pesquisa, utilizaremos principalmente bibliografia brasileira, de doutrinadores renomados no ramo do Direito Empresarial, além de análise de artigos sobre o tema aqui discutido.

De igual modo será realizada a hermenêutica da legislação brasileira e o direito comparado com outros países estrangeiros que adotam esse modelo societário, a fim de traçar um paralelo entre nossa legislação e as demais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De início, há que se conceituar o que é sociedade. Partindo de uma concepção contratualista, a sociedade necessita de personalidade jurídica, patrimônio, atividade mercantil e finalidade lucrativa. Ressalte-se que há, ainda, o requisito da pluralidade de sócios, ou seja, deve ser composta por duas ou mais pessoas.

Entretanto, percebe-se que esse último requisito –pluralidade de sócios- ainda é exigido no ordenamento brasileiro, enquanto que nos ordenamentos estrangeiros, o que se leva em consideração não é a composição plural da sociedade, e sim, o conceito, em si, de pessoa jurídica.

Partindo de tal pressuposto, é perfeitamente possível a existência de uma sociedade formada por uma só pessoa. Para isso, basta analisar a autonomia patrimonial, conseqüentemente nota-se que a sociedade, devidamente registrada, não desaparece embora tenha somente um sócio.

Nesse sentido, Tullio Ascarelli *apud* Abreu (1988) esclarece que “desaparecida a pluralidade [de sócios], é natural que não tenha mais sentido falar em contrato social, mas, econômica e juridicamente, tem sentido falar-se de pessoa jurídica e de patrimônio autônomo”.

Nesse ínterim, acredita-se na existência da sociedade unipessoal, ou seja, é uma pessoa jurídica, cuja atividade é empresarial, que também tem finalidade lucrativa, entretanto, diferente das demais, é formada por um único sócio.

Por falar de sociedade unipessoal, é mister ressaltar que podem ser identificadas de duas formas:

- D) Sociedades originalmente unipessoais, ou seja, são aquelas que no ato de sua formação possuem somente um sócio;

II) Sociedades reduzidas a um sócio, ou seja, são aqueles tipos societários com pluralidade de sócios que porventura acaba se reduzindo a só membro.

Em suma, os requisitos necessários para a formação de uma sociedade empresária são aqueles determinantes na organização dos fatores de produção, uma vez que é ele que vai concretizar o elemento da empresa. Ou seja, os fatores de produção são: profissionalismo, capital, mão-de-obra, insumos e tecnologia. Passemos a análise cada um:

1. Profissionalismo: se diz quando a atividade deve ser praticada com habitualidade;
2. Capital: refere-se ao patrimônio da empresa/sociedade;
3. Mão de obra: caracteriza-se na contratação de pessoas que irão exercer diretamente a atividade diariamente;
4. Insumos: é tudo aquilo utilizado para a produção de um serviço;
5. Tecnologia: está concentrado na pessoa do empresário, tendo em vista que ele é o detentor das informações e meios necessários para a produção de bens e serviços.

Feitas as considerações iniciais, podemos compreender então que as sociedades são pessoas jurídicas de direito privado, formadas por uma união de pessoas, com uma finalidade econômica e repartição de lucros entre os sócios, conforme preceitua o artigo 981 do Código Civil Brasileiro.

Ocorre que o elemento “pluralidade de sócios” é um pressuposto de criação de uma sociedade. Entretanto, há exceções quanto essa regra, uma vez que existem sociedades formadas por somente um sócio. Esse é o caso da sociedade unipessoal.

A princípio, podemos falar que, em comparação ao empresário individual, a sociedade unipessoal se sobressai com relação as vantagens porque há o controle da atividade empresarial, uma vez que o controle estaria nas mãos de uma única pessoa, bastando que o sócio baixasse atos para tornar efetivas suas decisões.

A SOCIEDADE UNIPESSOAL NO BRASIL

A priori podemos afirmar que, em regra, no Brasil não é aceita a constituição de sociedade unipessoal, tendo em vista que, como já supramencionado, a pluralidade de sócios é pressuposto de existência de uma sociedade. Ressalte-se que há dois casos excepcionais de sociedade unipessoal que são admitidos no ordenamento brasileiro: as sociedades subsidiárias integrais e empresa pública unipessoal. Passemos ao estudo de cada uma.

A sociedade subsidiária integral é uma espécie de sociedade anônima que tem como único sócio uma sociedade brasileira, conforme estampado no artigo 251, §2º da Lei nº 6.404/76 – Lei de Sociedade Anônima. Os requisitos para sua criação podem ser explicitados nas palavras do jurista Carlos Henrique de Magalhães Marques (2008, p 20):

[...]A criação deve ser efetivada através de escritura pública, demandando, antes, a realização de uma assembléia geral extraordinária dos acionistas da companhia controladora, que deverá aprovar a sua criação, definindo o seu capital social, a forma de sua integralização, o objeto social, com a indicação clara do seu universo de atuação, a sua sede, a nomeação dos seus administradores, bem como o estatuto social da nova empresa, designando os representantes que deverão assinar a escritura de constituição da subsidiária integral. A ata da AGE e a escritura pública de constituição da subsidiária integral serão em seguida levados a arquivamento e registro na Junta Comercial.

Esta pode ser criada de duas formas: mediante escritura pública, cuja única acionista será uma sociedade brasileira, conforme já mencionado. A segunda forma de criação refere-se a uma conversão de uma sociedade já constituída que posteriormente se transforma em sociedade subsidiária integral, doutrinariamente conhecida por criação derivada, que pode ser feita por duas formas:

- A) Uma sociedade brasileira adquirir todas as suas ações; ou
- B) Haver a incorporação de todas as ações do capital social ao patrimônio de outra companhia brasileira, para convertê-la em subsidiária integral.

Quanto à segunda exceção, trata-se da empresa pública, na qual fica concentrada nas mãos de uma pessoa jurídica de direito público toda a participação da sociedade. Válido esclarecer que essa exceção não é plenamente aceita, sendo defendida somente por parte da doutrina, como por exemplo, o Professor J. Cretella Júnior.

Portanto, no Brasil, quando uma pessoa queria praticar uma atividade empresarial, ela tinha somente duas escolhas: ou ela exercia tal atividade como empresário individual, sendo que todo o seu patrimônio pessoal poderia ser afetado, haja vista que a responsabilidade do empresário individual é ilimitada. Ou, poderia constituir uma sociedade limitada com outrem, cujo benefício seria a limitação da responsabilidade dos sócios integrantes.

Nesse ponto podemos citar as palavras do doutrinador André Luiz Santa Cruz Ramos (2014), que fala da dificuldade de se constituir uma sociedade no Brasil, tendo em vista que para alguém associar-se, principalmente nas sociedades limitadas, a maioria das quotas é de titularidade de uma pessoa, enquanto que a outra parte, a minoria das quotas, é de responsabilidade do outro sócio.

Ainda nas palavras de Ramos (2014, p.224): “Trata-se, na verdade, de uma sociedade unipessoal disfarçada, de um drible no atraso de nossa legislação societária”.

Isso ocorre porque excluindo a exceção do caso da sociedade subsidiária integral, o Brasil não admite a constituição originária de sociedade unipessoal, o que se configura um atraso no ordenamento jurídico, pois em comparação com as legislações estrangeiras, é perfeitamente plausível a aceitação da constituição da sociedade unipessoal propriamente dita.

Com a possibilidade de constituição da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, como prevista em nosso ordenamento jurídico no artigo 980-A do Código Civil Brasileiro, é bem provável que futuramente, as sociedades unipessoais propriamente ditas possam se reconhecidas.

Mister lembrar que a EIRELI é uma empresa constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não poderá ser inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. Ou seja, o titular não responderá com seus bens pessoais pelas dívidas da empresa, no intuito de resguardar seu patrimônio familiar, sendo então regido pelos regulamentos pertinentes a firma individual. Nada mais é do que a literal aplicação da limitação da responsabilidade do indivíduo ao montante destinado aos seus negócios.

Ademais, a EIRELI não é considerada uma sociedade unipessoal em si, tampouco um empresário individual, mas sim, uma modalidade de pessoa jurídica, de acordo com o previsto no artigo 44, inciso VI do Código Civil.

A existência da EIRELI no ordenamento jurídico brasileiro se faz importante na medida em que se mostra um fator de redução do risco da atividade empresarial, o que acaba estimulando o empreendedorismo.

Nas palavras de Ramos (2014) não se pode considerar somente as sociedades empresárias como impulsionadoras da atividade empresarial no Brasil, uma vez que também há pessoas físicas que se dedicam à exploração da atividade empresarial.

Outro ponto a ser questionado é que, não obstante o fato da proibição da constituição de uma sociedade formada por somente um sócio, nada impede que porventura uma determinada sociedade esteja com um sócio. Expliquemos: em uma sociedade limitada formada por dois sócios é possível que fato superveniente ocorra para que a sociedade esteja somente em nome de um só, como é o caso do sócio que falece ou se retira da sociedade. Nesse caso estamos diante da sociedade unipessoal.

Essa unipessoalidade, entretanto, é considerada acidental e temporária, haja vista que o próprio código estabelece um prazo para que o sócio regularize a situação. De acordo com o

artigo 1.033, inciso IV do Código Civil, a sociedade limitada que ficar somente com um sócio deve restabelecer a pluralidade de sócios [pressuposto de existência] no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de dissolução.

Complementando a referida norma, hei por bem citar o dispositivo da Lei Complementar 128/2008 que trouxe uma alteração, introduzindo um parágrafo único na norma supramencionada, que dia:

Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira no Registro Público de Empresas Mercantis a transformação do registro da sociedade para empresário individual, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que esse modelo de sociedade não foi aceito pelo ordenamento jurídico brasileiro. Entretanto, verificamos que, excepcionalmente, é possível a aplicação desse modelo societário nas formas subsidiária integral e nos casos de empresa pública.

Podemos perceber que a unipessoalidade não é em seu inteiro teor incompatível com o ordenamento jurídico. Entendo que essas duas formas excepcionais, entretanto, já aceitas em nosso ordenamento são o primeiro passo para a ampliação da consideração das sociedades unipessoais.

Constatamos ainda que a unipessoalidade pode se apresentar em caráter acidental e temporário, em determinadas situações, contudo, a sociedade tem um prazo previsto em lei para regularizar a situação.

Apesar da proibição, vemos que o modelo de sociedade unipessoal mostra-se plenamente aplicável no Brasil, uma vez que a exigência do quesito da pluralidade sócios pode dar ensejo a práticas que burlem a forma legal de constituição de uma sociedade, além de que demonstra um atraso em nosso ordenamento jurídico.

A unipessoalidade pode ser o fator propulsor da atividade empreendedora, haja vista que a mesma limita os riscos da atividade empresarial, impulsionando as pessoas a desenvolver novos negócios, contribuindo para o desenvolvimento do país, e consequentemente na circulação de bens e serviços.

Finalmente, com base no direito comparado, nas legislações estrangeiras como da Alemanha, Liechtenstein, Portugal e outros países, que adota a sociedade unipessoal em seus regimentos internos, não vemos empecilho em o Brasil instituir a sociedade unipessoal, tendo em vista que traria benefícios a economia e evolução comercial.

Concluimos que a embora as tentativas frustradas de se constituir a sociedade unipessoal em nossa legislação, adveio a existência da EIRELI, o que caracteriza como um grande passo para aceitação desse modelo no Brasil.

REFERÊNCIAS

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo : MÉTODO, 2014.

MOREIRA FILHO, Francisco de Assis dos Santos. **A Sociedade Unipessoal**. Disponível em <
http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6268> Acesso em 03 de outubro de 2016.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. vol. I, 12^a ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – **Código Civil**. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 01 de outubro de 2016.

A INFLUÊNCIA DOS ÍNDICES ECONÔMICOS NOS PROCESSOS DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS NO BRASIL E ESTADO DO TOCANTINS

Marina de Alcântara Alencar¹

Eliana dos Santos Andrade²

Priscila Francisco Silva³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma qualitativa os impactos e influências da crise econômica do período de 2014 a 2016 nos processos de falência e recuperação judicial de empresas no Brasil, Estado do Tocantins e na Cidade de Araguaína. A metodologia utilizada foi dividida em duas fases: a primeira fase documental, onde foi feita a coleta de dados nas instituições responsáveis como Juntas Comerciais, Boa Vista SCPC e Varas de Precatórias e Falências; e a segunda fase pesquisa bibliográfica. Os dados obtidos foram convertidos em porcentagens e comparados entre si para que se obtivesse uma melhor precisão. Os resultados sugerem que a crise econômica instaurada afetou significativamente as empresas, especialmente no número de empresas que fecharam as portas no Brasil, Estado do Tocantins e na cidade de Araguaína.

Palavras-chave: Crise econômica, direito empresarial, falência, Recuperação Judicial.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira experimenta mudanças estruturais importantes nos últimos quinze anos impulsionada pela grave crise econômica financeira mundial, que teve início no segundo semestre de 2008. Pode se definir crise econômica como um período em que se observa diminuição do consumo de produtos e serviços, tanto no mercado interno quanto nas exportações de um país.

Nesse sentido, fomentado pela diminuição do PIB (produto interno bruto), aumento da inflação, seguido pela restrição de crédito e alta do dólar, não há dúvidas que o mercado brasileiro passa pela referida crise que é intensificada pela instabilidade política atual. Longe de atingir somente o eixo econômico Rio-São Paulo, a crise econômica não poupou os demais estados da federação brasileira, entre eles o Tocantins.

¹ Pesquisadora e aluna do 8º período do curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2635183344185177>

² Aluna do 8º período do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione e professora da Faculdade de Ciências do Tocantins. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9996368479735016>

³ Professora pesquisadora da Faculdade Católica Dom Orione e Mestranda em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0326939195513734>

O Tocantins é o mais novo estado da federação com população estimada em 1.532.902 habitantes e 139 municípios. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) 78,81% da população tocantinense vive na zona urbana o que corresponde a 1.090.241 pessoas.

Apesar do Tocantins possuir o 4º melhor Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte do País (IBGE, 2010) e ter crescido duas vezes acima da média nacional nos anos de 2007 e 2010, é possível perceber as influências da crise econômica nacional no Estado.

Um dos inúmeros impactos causados pela crise econômica nas cidades em que o comércio é a força-motriz da economia, como a cidade de Araguaína, é o fechamento de empresas, que ocasionam o desemprego e a falência das pessoas jurídicas.

O objetivo principal deste trabalho é mensurar de forma qualitativa, os impactos da crise econômica nacional na falência e recuperação judicial de empresas no período de 2014 a 2016 no Brasil, no Estado do Tocantins e na cidade de Araguaína.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi realizada através de levantamentos de dados (fase documental) e ainda pesquisa bibliográfica, conforme Marconi (2010).

Quanto aos dados, primeiramente, fizemos análise quantitativa dos números nacionais das empresas em falência e recuperação judicial nos anos de 2014 a 2016, de acordo com a pesquisa realizada pela empresa Boa Vista SCPC, disponibilizada online.

Este período de 2014 a 2016 foi considerado de maior agravamento da atual crise econômica do Brasil; o que nos motivou a buscar qual era a situação do município de Araguaína, frente aos resultados dos índices.

Posteriormente, partimos para o envio de ofícios às entidades que acreditávamos que nos auxiliariam na busca pela real situação econômica das empresas de Araguaína. Sendo elas: ACIARA – Associação Comercial e Industrial de Araguaína, JUCETINS – Junta Comercial do Estado do Tocantins e Vara de Precatórias e Falências do Fórum de Araguaína.

REFLEXÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

A atual crise econômica brasileira é oriunda da crise internacional de 2008 onde, apesar de se observar um aumento no setor agropecuário e de serviços, o PIB apresentou uma

queda de 4% impulsionada pela considerável baixa de 11,6% do setor industrial, tendo em vista que as exportações caíram. (POCHMANN, 2009).

Nesse sentido, a perda de poder de compra dos trabalhadores do setor industrial ocasiona, indiretamente, a baixa no consumo dos demais setores como o de bens e serviços.

Conforme Teixeira e Pinto (2012), no segundo mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, podemos observar certas ações versáteis dentro da política econômica, a saber:

(...)(i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009.

Apesar dessas medidas terem freado uma possível recessão da economia e o cenário internacional ter favorecido o crescimento interno entre 2003 e 2010 do PIB em aproximadamente 4,1% tais medidas não foram suficientes para manter a estabilidade econômica (TEIXEIRA E PINTO 2012).

O fim do segundo mandato de Lula, foi marcado pela alta dos juros nos bancos, fortalecimento do mercado interno e aumento dos programas de distribuição de renda como o Bolsa Família, que fizeram com que a crise externa não afetasse o Brasil.

No governo de sua sucessora o nacionalismo se mostrou mais presente em virtude da pressão da crise internacional acompanhada da alta oscilação do câmbio nos primeiros meses (BARRAL E BOHER, 2012). Diferente do seu antecessor, o primeiro mandato de Dilma Roussef foi marcado pela centralização do poder e gestão das políticas econômicas na visão desenvolvimentista da presidenta.

Apesar do nacionalismo marcante, o mercado interno não conseguiu se sustentar por muito tempo. Com a diminuição do crescimento da indústria, e a falta de promoção comercial e atração de investimentos estrangeiros, a crise econômica se agravou no final do primeiro mandato da presidenta, acompanhada do início de uma grave crise política. Segundo Barral e Boher (p. 122, 2012):

Esses entraves institucionais levam a menor estabilidade para a proposição e execução de uma política comercial coordenada. Como resultado, a orientação de política comercial oscila entre o atendimento a pressões quotidianas e o *impromptu* decisório de algumas personalidades no governo, cuja crença em medidas protecionistas é exagerada.

Assim, a falta de diálogo do governo Dilma com seus principais articuladores, culminou na crescente impopularidade e descontentamento dos investidores, o que foi o estopim para início do baixo resultado também no setor de comércio e serviços na economia.

FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA BREVE CONCEITUAÇÃO

Os institutos da falência e recuperação judicial são regulados pela lei 11.101/2005 uma verdadeira inovação no direito concursal brasileiro.

Sob a ótica econômica, a falência é tida por uma situação pecuniária onde tanto a saúde de crédito do empresário quanto da sociedade empresária são afetadas. Do ponto de vista jurídico, pode-se dizer que “nada mais é do que um processo de execução coletiva contra o devedor insolvente.” (WITTER, 2016 p.269)

Já para Ferreira (2016), a falência é definida quando o empresário é insolvente e impontual frente ao pagamento das suas obrigações o que acaba gerando desequilíbrio econômico e uma situação financeira danificada.

Sobre este tema, o renomado autor de Direito empresarial Fabio Ulhoa Coelho nos diz:

A falência é a execução concursal do devedor empresário. Quando o profissional exercente de atividade empresária é devedor de quantias superiores ao valor de seu patrimônio, o regime jurídico da execução concursal é diverso daquele que o direito prevê para o devedor civil, não empresário. O direito falimentar refere-se ao conjunto de regras jurídicas pertinentes à execução concursal do devedor empresário, as quais não são as mesmas que se aplicam ao devedor civil. (COELHO, 2012, P. 348)

Desta maneira, conclui-se que pela ótica dos autores supramencionados a falência nada mais é do que a possibilidade do credor receber em juízo do empresário que se encontra em situação financeira prejudicada.

Quando falamos na recuperação de empresas no atual ordenamento jurídico o legislador preocupou-se, não apenas no reestabelecimento das empresas, mas também na manutenção da função social da empresa. (WITTER, 2016 p. 269).

Por função social da empresa devemos compreender primeiramente que no direito brasileiro, a empresa é aquela que produz ou faz circular bens e serviços, tendo como dever garantir sua responsabilidade perante aqueles com quem se relaciona, sejam eles consumidores, trabalhadores, o Estado ou a comunidade (BULGARELLI, 1997 p.70).

Por isto, a recuperação das empresas no ordenamento jurídico brasileiro vai muito além do interesse egoístico do empresário, perpassando o campo do individualismo empresarial, atingindo também todas as pessoas envolvidas com a atividade de consumo.

Enquanto na falência temos como figura central o direito do credor de receber, na recuperação judicial, é o devedor-empresário que figura como protagonista, vez que ele tem a oportunidade de reorganizar sua empresa através de acordos homologados pela justiça.

PANORAMA NACIONAL DA FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Segundo os dados do Serviço Central de Proteção ao Crédito (Boa Vista – SCPC), no comparativo acumulado do período de janeiro a setembro de 2014-2015, podemos observar que os pedidos de falência registraram alta de 13,6%, enquanto as decretações registraram alta de 22,6%. Já as recuperações judiciais superam os números da falência, tanto nos pedidos totalizando 42,1% de alta quanto nas decretações onde os números indicam alta de 41,7%.

TIPO	PEDIDOS	DECRETAÇÃO
Falência	13,6%	22,6%
Recuperação Judicial	42,1%	41,7%

FONTES: Boa Vista SPC

Já no acumulado do período de Janeiro a setembro de 2015-2016, podemos observar que os pedidos de falência tiveram uma alta de 16,7% bem como as decretações que somam 11,9% de aumento.

A recuperação judicial bate o recorde com uma alta histórica de 70,2% nos pedidos e 68,1% nas decretações, sendo que a tendência é que esta alta permaneça até o final do ano de 2016, o que já ultrapassa em 28,1% o acumulado final do comparativo de 2014-2015.

TIPO	PEDIDOS	DECRETAÇÃO
Falência	16,7%	11,9%
Recuperação Judicial	70,2%	68,1%

FONTES: Boa Vista SPC

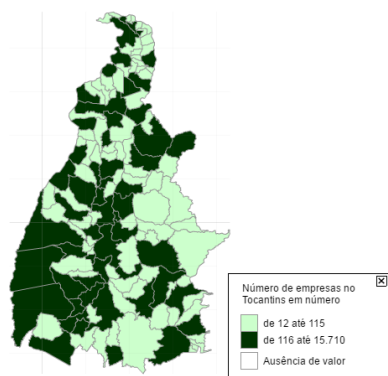
O que podemos observar com base nos números é que além do agravamento da situação das empresas no Brasil nos anos de 2015-2016, há uma preferência nítida pelo

instituto da Recuperação Judicial, o que acreditamos acontecer em virtude da possibilidade de maior liberalidade na obtenção de acordos com os credores das empresas.

Como causas desse agravamento, podemos citar a alta do dólar, o alto índice de desemprego e a conseqüente queda no consumo das famílias, bem como a instabilidade político-econômica que se encontra o país após o processo de impeachment (que ocorreu enquanto este trabalho era escrito e desenvolvido), e a mudança dos planos do atual governo para a economia.

O CENÁRIO DO TOCANTINS E DA CIDADE DE ARAGUAÍNA NOS PROCESSOS DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA

Segundo a Secretaria do Planejamento e Orçamento, hoje o Estado do Tocantins conta com 111.883 empresas ativas, distribuídas conforme o mapa:



Fonte: IBGE, 2016

O órgão responsável pelo acompanhamento da situação das empresas no Estado do Tocantins é a Jucetins – Junta Comercial do Tocantins, que tem como função efetuar o serviço de cadastro, mudança de categoria, pedidos de falência e recuperação judicial, bem como efetuar a homologação da extinção das empresas no Estado.

No entanto, o que verificou-se ao longo da presente pesquisa, foi a dificuldade de obter informações junto ao órgão do Estado, vez que o site do órgão não dispõe das informações de falência e recuperação judicial atualizadas.

Diversos contatos foram feitos na sede principal, situada na capital Palmas, no entanto, os funcionários mostravam certa resistência em fornecer dados condizentes com a pesquisa. Nem mesmo com o encaminhamento de um ofício especificado foi possível obter dados com precisão do número de falências e recuperações judiciais do Tocantins, o que nos leva a crer que o órgão só registra o número de empresas extintas, vez que foi o único dado que conseguiram disponibilizar na presente pesquisa.

No período de Janeiro a dezembro de 2014, o Tocantins registrou a extinção de 891 empresas, o que representa 0,32% do total. O que não podemos especificar no entanto, é qual a quantidade de empresas que foram afetadas de fato pela crise econômica, vez que não possuímos os dados referentes ao número total de processos em andamento de falência e recuperação judicial no Estado.

O fato é que se compararmos aos números do ano de 2013, 2012 e 2011 percebeu-se um aumento no número de empresas extintas se comparadas ao acumulado de 2014 a 2016 conforme a elaboração da tabela abaixo:

no	Número de empresas extintas
2011	1062
2012	888
2013	717
2014	891

Elaboração das autoras

No ano de 2015, o número subiu muito acima do esperado e é o maior número registrado pela Jucetins até o presente momento, somando 1491 empresas extintas, o que equivale a 0,41%, muito acima do ano anterior, o que indica um agravamento da influência da crise econômica no Estado do Tocantins.

Destaca-se no Estado alguns municípios considerados como distritos agroindustriais, dentre eles a cidade de Araguaína, com uma população de 173.112 habitantes (IBGE, 2010), conhecida como a capital econômica do Tocantins, com PIB de aproximadamente R\$1.300.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais). A cidade possui 7.073 empresas, só ficando atrás da capital Palmas.

Para obtermos os dados referentes à cidade de Araguaína encaminhamos um ofício à entidade que acreditávamos melhor monitorar a situação das empresas na cidade: A ACIARA - Associação Comercial e Industrial de Araguaína. No entanto, a associação não dispõe de nenhum dado a respeito da situação das empresas da cidade, fato este que nos chocou, pois durante os anos de 2014 e 2015, diversas passeatas foram organizadas pela Associação alegando perdas econômicas significativas nas empresas da cidade em virtude da crise econômica.

Também foram solicitados dados à Vara de Precatórias e Falências do Fórum de Araguaína, no entanto, em virtude da Greve dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, não conseguimos respostas para o presente artigo.

A Junta Comercial do Tocantins – Jucetins respondeu ao ofício, ainda que de forma incompleta, o que dificultou nossa análise dos dados. Os dados fornecidos pela entidade encontram-se na tabela elaborada abaixo:

Tabela: dados da Junta Comercial do Tocantins

Empresas extintas de janeiro de 2014 a setembro de 2016	
Empresário	458
Sociedade	172
Filial de empresário com Sede fora	2
Filial de Empresário na UF da Sede	2
Filial de Sociedade com Sede Fora d	15
Filial de Sociedade com UF da Sede	5
TOTAL: 654	

Elaboração das autoras

O que percebemos nos dados da Jucetins é um número muito grande de empresas que fecharam as portas num período tão curto de tempo como dois anos. Apesar de não possuímos dados comparativos, podemos afirmar dedutivamente que, boa parte destas empresas fecharam as portas em virtude da crise econômica que se instalou no país nos anos de 2014 a 2016. Se compararmos com os dados estaduais, veremos que das 2.382 empresas que foram extintas no Estado, 27,45% estão na cidade de Araguaína. Em um estado com 130 municípios como o Tocantins, acreditamos que é um número consideravelmente alto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar a influência da crise econômica na falência e recuperação judicial de empresas no Brasil e no Estado do Tocantins, em especial na cidade de Araguaína.

O que podemos perceber é que no Brasil os números têm mostrado um aumento, tanto da decretação, quanto dos pedidos de falência e recuperação judicial, o que nada mais é do que um reflexo da crise econômica instaurada no Brasil no período de 2014 a 2016.

A diminuição do orçamento das famílias, as altas taxas de desemprego e a instabilidade política do país, também tem se mostrado fatores que agravam a fraca atividade econômica das empresas. Com a dificuldade e elevada taxas de juros dos empréstimos, as empresas acabam trilhando um caminho sem volta até a sua completa extinção.

Apesar das inúmeras dificuldades na obtenção dos dados referentes ao Estado do Tocantins, percebemos que, tanto no âmbito estadual, como no âmbito municipal a crise influenciou significativamente o fechamento das empresas.

REFERÊNCIAS

BARRAL, Welber; BOHRER, Carolina Pancotto. A política comercial do governo Dilma Rousseff: primeiras impressões - **Revista Política Externa**, São Paulo. v. 20, n. 3 dez/jan/fev2011-2012. Disponível em <www.ying.com/kq/groups/14105544/1703406066/politica+externa+20-03+-Barral+e+Boher.pdf> Acesso em 07.set.2016.

Boa Vista SCPC, **Arquivo de Falências Decretadas**. Disponível em: <<http://www.boavistaservicos.com.br/categoria/noticias/indicadores-economicos/falencias-e-recuperacoes-judiciais/>> acesso em 03 de set. 2016

BULGARELI, WALDIRIO. **Tratado de Direito Empresarial**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997, p.70

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007

FERREIRA, Waldemar Martins. **Tratado de Direito Comercial**. São Paulo:Saraiva. 1966

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: 2016 [online]

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade de Araguaína 2010. Rio de Janeiro: 2016 [online]

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

POCHMANN, Marco. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**. v. 23, n. 66, p. 909-941, dez. 2009. Disponível em www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a04v2366. Acesso em 07.set.2016.

POCHMANN, Marco. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos Avançados**. v. 23, n. 66, p. 909-941, dez. 2009. Disponível em www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a04v2366. Acesso em 07.set.2016.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 3 (46), p. 909-941, dez. 2012. Disponível em www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3238&tp=a. Acesso em 01.set.2016

WITTER, Carlos Eduardo de Souza Brocanella. Direito Empresarial. In: MESSA, Ana Flávia; ANDREUCCI, Ricardo Antônio. **Exame da OAB Unificado: 1ª fase**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 268-279.

SABERES E COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: SOCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Leonardo dos Santos Bandeira¹

RESUMO

O presente trabalho propõe analisar, sob a ótica das teorias da educação, a respeito dos saberes e competências necessárias ao docente de Ciências Contábeis. As recentes pesquisas sobre essa temática tem demonstrado um perfil docente carente de capacidades profissionais específicas exigidas ao professor-contador. O estudo se desenvolve sob uma abordagem qualitativa do problema, pautado na pesquisa bibliográfica e em objetivos descritivo-exploratórios. Pretendeu-se enumerar, por meio da socialização de resultados de pesquisas anteriores, quais as capacidades são necessárias aos professores que ensinam tal ciência para que os discentes alcancem as competências que exigem o novo mercado. Nota-se que a busca por uma formação contínua refletida na construção permanente dos saberes docentes específicos e na transformação formativa e metodológica, com vistas à qualificação pedagógica, didática e contábil, precisa ser uma constante na carreira do professor-contador, sobretudo formação de natureza *stricto sensu*, para que atenda com eficácia ao processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Saberes docentes. Ensino de contabilidade. Capacidades docentes.

INTRODUÇÃO

Pesquisas sobre formação de professores têm crescido de forma expressiva nos últimos anos, sobretudo na década de 90, onde estudos voltados para os saberes e prática docente reflexiva começaram a se expandir. Renomados autores da área da educação (PIMENTA, 2012; PIMENTA; ANASTASIOU, 2002; CANDAU, 1997; PERRENOUD, 2000; SCHÖN, 1987; TARDIF, 2014; GAUTHIER *et al.*, 2006; SHULMAN, 1996, 1997; TOZETTO, 2015) têm produzidos pesquisas nesta temática, preocupando-se principalmente com a profissionalização, a identidade e as capacidades docentes (conhecimentos, saberes e competências), formadas a partir da construção dos saberes e da prática pedagógica.

¹Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC – Instituto Tocantins Presidente Antônio Carlos; Contador Interno no Grupo Viva Concessionárias de Veículos.

Essa preocupação com a formação dos professores é reflexo da considerável expansão dos cursos de ensino superior nos últimos anos, inclusive de pós-graduação, e uma consequente necessidade de ampliação do corpo docente, melhoria da qualidade de ensino e eficácia do processo ensino-aprendizagem. A apreensão dos pesquisadores em investigarem a identidade profissional, formada a partir das capacidades e experiências docentes, aplica-se de igual modo aos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis, onde é comum encontrar professores que adentraram ao exercício da docência universitária apenas com os conhecimentos técnicos e específicos das disciplinas, uma vez que na graduação, notadamente a nível de bacharelado, o profissional não teve contato com disciplinas voltadas para uma perspectiva social e filosófica no campo da docência e tampouco para conhecimentos pedagógicos e didáticos.

O curso de Ciências Contábeis no Brasil, nos últimos anos, tem crescido de forma expressivamente acelerada. Como evidencia a Tabela 1, de 2012 até a data da pesquisa (01 set. 2016) foram abertos pelo menos 240 novos cursos:

Tabela 1 – Número de cursos de Ciências Contábeis por Categoria Administrativa, Brasil de 2009-Atual

<i>Ano</i>	<i>Federal</i>	<i>Estadual</i>	<i>Privada</i>	Total
2009	62	56	910	1028
2010	68	62	922	1052
2011	70	62	942	1074
2012	69	62	998	1129
Atual	69	61	1239	1369

FONTE: Microdados dos Censos de Educação Superior (INEP, 2009-Atual). Tabulação do autor.

Esse crescimento traz consigo questionamentos a respeito da qualidade do ensino, da qualificação dos bacharéis egressos e principalmente da capacitação e formação dos professores, visto que “uma educação eficaz e de qualidade sustenta-se, de certa forma, em seu corpo docente.” (CORNACCHIONE, 2004, p. 7). Com essa expansão acelerada, muitas Instituições de Ensino precisaram contratar docentes sem a devida capacitação pedagógica ou didática para tanto, detendo se e somente de conhecimentos específicos e técnicos da área contábil, se ausentando as capacidades de cunho docente. (ANDERE; ARAÚJO, 2008).

Esta pesquisa investiga quais os saberes e competências são necessárias à prática pedagógica dos docentes de Ciências Contábeis com base em pesquisas anteriores; e como específicos contextualizar a temática das capacidades docentes balizando-se em estudos do

campo da pedagogia/educação e compilar de forma resumida as capacidades verificadas e socializadas nas pesquisas do que tratam os objetivos anteriores.

Comunelo e outros (2012) afirmam que estudos sobre a formação de professores e pesquisadores em contabilidade importam no processo de desenvolvimento do ensino, pois instigam reflexões acerca da qualificação docente, o que se mostra relevante, especialmente diante das recentes mudanças que a ciência tem sofrido.

A presente pesquisa é de natureza básica e utiliza-se do método dedutivo-monográfico. Aborda o problema de forma qualitativa, tratando os objetivos de forma descritivo-exploratória e visa, por meio da pesquisa bibliográfica, solucionar a seguinte questão problema: Diante das relevantes transformações das Ciências Contábeis, quais as capacidades docentes são necessárias aos professores que ensinam tal ciência, com base na socialização de resultados de pesquisas anteriores, para que os discentes alcancem as competências que exigem o novo mercado?

CAPACIDADES DOCENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO

Os desafios a serem tomados frente às transformações sociais e que permeiam o campo de atuação docente e a participação da educação superior de capacitar e inserir o educando no mercado de trabalho com capacidades satisfatórias atribui ao professor uma obrigatoriedade de ressignificação de suas práticas e métodos. (ROLIM *et al.*, 2014).

Para que o educando possa ser inserido no mercado com capacidades satisfatórias, capaz de atender às demandas profissionais que lhe são exigidas, o processo de ensino e aprendizagem precisa também ser satisfatório e eficaz. Haja vista as limitações percebidas no processo, como por exemplo, a cooperação e participação do discente, o professor ainda é o responsável por atuar como mediador da transposição didática e para tanto há a necessidade de uma construção de capacidades (saberes, conhecimentos, competências e métodos) necessárias à sua atuação docente.

Os saberes docentes não são constituídos de um conhecimento ou técnica específica, mas por diferentes saberes, de diversas origens, incluindo o saber-fazer e o saber experiencial (SILVA; BRANDT; TOZETTO, 2015). Saberes e competências são, portanto, um “conjunto de capacidades mais ou menos sistematizadas necessárias para pôr em prática a profissão de professor [...]”. (PUENTES; AQUINO; NETO, 2009).

Para Tardif (2014), “[...] a questão do saber dos professores não pode ser separada das outras dimensões do ensino [...]”, desconsiderando assim as realidades sociais, organizacionais

e humanas. As capacidades, como serão chamados os saberes e competências necessárias ao docente, não se constroem de forma linear, mas dinâmica, com base nas trajetórias de cada sujeito e profissionalidade específica (LACERDA, 2015).

O processo de ensino de ensino aprendizagem, para tornar-se um feito eficiente, exige dos sujeitos participação ativa de ambas as partes e cooperação na transformação dos dados em base sólida de conhecimento. O docente deve deter de capacidades que permitam ao discente observar, analisar, selecionar e aplicar a informação em forma de conhecimento.

Tardif (2014), ao referir-se ao saber plural docente, define quatro dimensões dos saberes docentes: os saberes de formação profissional (transmitidos pelas instituições formativas), saberes disciplinares (saberes dos diferentes campos do conhecimento compilados em disciplinas/currículo), saberes curriculares (métodos, conteúdos e formas de se aplicar os saberes disciplinares) e os saberes experienciais (resultantes do próprio exercício profissional, seja docente ou não).

O saber profissional dos professores é, portanto, na interpretação de Tardif, uma amálgama de diferente saberes, provenientes de fontes diversas, que são construídos, relacionados e mobilizados pelos professores de acordo com as exigências de sua atividade profissional. Essa é a justificativa apresentada pelo autor para que se considerem inúteis as tentativas no sentido de conceber uma classificação para os saberes docentes de acordo com critérios isoladamente da sua origem, seu uso ou ainda suas condições de apropriação e construção. (CARDOSO; DEL PINO; DORNELES, 2012, p. 4).

Tardif tipifica os saberes docentes norteado pela origem dos mesmos. O professor precisa construir, por meio das instituições de ensino, isto é no seu processo formativo, de saberes profissionais que lhe proporcionarão uma capacitação base para então deter dos saberes disciplinares e curriculares. Os saberes de experiência são consequência da prática profissional (seja docente ou técnica).

Pimenta (2012), em *Formação de Professores – Saberes da Docência e Identidade do Professor*, analisa as práticas docentes como o caminho para repensar a questão dos saberes que constituem a docência. Em sua tese compila três categorias de saberes necessários: os saberes experienciais (aqueles que os professores produzem no seu cotidiano docente e que são adquiridos ao longo da academia como discentes), os saberes do conhecimento (ato de trabalhar com as informações, classificando-as, analisando-as e contextualizando-as) e os saberes pedagógicos (conhecimentos didáticos e pedagógicos).

Pimenta (2012) entende que o professor, ao chegar ao exercício da docência, já possui experiência do que é *ser professor* e a adquirir a partir da vivência com seus *professores*

referência enquanto discentes. Os saberes do conhecimento se constituiriam da capacidade do professor em transpor, de forma didática, a informação em conhecimento escolar.

Mais conhecido internacionalmente que os trabalhos anteriores, Gauthier et al. (2006) são responsáveis pela teoria da construção do reservatório de saberes. É pertinente “[...] conceber o ensino como a mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o professor se abastece para resolver as exigências específicas de sua situação concreta de ensino.” (GAUTHIER *et al.*, 2006, p. 28). Ao destacarem a pluralidade dos saberes, posicionam-se de modo a segregá-los em *ofício sem saberes* ou *saberes sem ofício* em direção a um *ofício construído por saberes*.

O *ofício sem saberes* abrange a ausência da sistematização de saberes propriamente docentes; os saberes sem ofício são os que não contribuem para a profissionalização docente; enquanto os ofícios feitos de saberes constituem os vários saberes mobilizados pelos professores em sua prática, a saber: saberes disciplinares, curriculares, das ciências da educação, da tradição pedagógica, da experiência e da ação pedagógica. (SILVA; BRANDT; TOZETTO, 2015).

O objetivo principal dos estudos desenvolvidos por Gauthier *et al* é argumentar no sentido de que a profissionalização da docência está diretamente relacionada à legitimação e institucionalização dos saberes profissionais dos professores que, a partir desse processo, passariam a controlar a utilização e a reprodução desses saberes pelas instituições destinadas à formação de novos docentes. (CARDOSO; DEL PINO; DORNELES, 2012).

Outra base teórica a respeito do tema é a pensada por Shulman (1986; 1987). O autor propõe uma categoria de saberes docentes construídos sobre duas bases: Conhecimento para o Ensino e Processo Pedagógico. E essas categorias ou bases envolvem “[...] conhecimento curricular [domínio dos materiais e programas], conhecimento do conteúdo específico [da disciplina que leciona], conhecimento pedagógico geral [enquanto estratégia de organizar-se em sala de aula] e conhecimento pedagógico do conteúdo [disciplinar + pedagógico].” (SILVA; BRANDT; TOZETTO, 2015).

Pesquisas no campo da docência contábil (MIRANDA, 2011; PERAZO *et al.*, 2014; NOSSA, 1999; ALMEIDA; FONTELES; OLIVEIRA, 2011; ANDERE; ARAÚJO, 2008; MALUSÁ *et al.*, 2015), tem mostrado grandes preocupações a respeito da formação profissional, concepções do processo ensino-aprendizagem, saberes necessários e da profissionalização docente aos professores de Ciências Contábeis e que serão socializadas nesta pesquisa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza básica, não havendo uma aplicação prática imediata, mas sim geração de conhecimentos novos. O tema foi abordado de forma qualitativa, aplicando-se o método dedutivo-monográfico, não havendo utilização de dados estatísticos como centro do processo de análise do problema (SILVA, 2008) e pelo fato da mesma preocupar-se com aspectos que não podem ser quantificados.

Os objetivos foram trabalhados de forma descritivo-exploratória, levando em consideração a realização de análises, observação, classificação e descrição de dados e a devida obtenção de informações referente ao problema. Utilizou-se a pesquisa do tipo bibliográfica com a finalidade de atingir os objetivos apresentados. A pesquisa bibliográfica é o tipo de pesquisa onde se realizam estudos e análises em referenciais teóricos e bibliografia já tomada pública em relação ao tema de estudo. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 166).

Realizou-se uma coleta de bibliografias dos autores renomados da área de educação, para contextualizar a temática da pesquisa, e em seguida de pesquisas concluídas com a temática da docência na das Ciências Contábeis. Após analisar todos os resultados, extraíram-se as principais capacidades docentes apontadas pelos autores como necessárias à prática do professor de Ciências Contábeis, compilando-as em um quadro resumo para a análise de conteúdo.

CAPACIDADES NECESSÁRIAS À PRÁTICA DO PROFESSOR QUE ENSINA CONTABILIDADE: SOCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Ensinar contabilidade é um ato de constante desafio em decorrência das mudanças que afetam a ciências. A adoção aos padrões internacionais e os avanços tecnológicos que mudam, a cada dia, o ensino da ciência faz com que docentes com qualificação exclusivamente técnica, e sem capacidades didático-pedagógicas, não estejam aptos a contribuir com a eficiência esperada do processo ensino-aprendizagem, não favorecendo o discente alcançar as competências exigidas pelo novo mercado.

Estudos como o de Miranda (2011) focam na formação pedagógica dos docentes que atuam no ensino superior, sobretudo no curso de Ciências Contábeis. O autor afirma que os bacharéis têm acesso a conteúdo de natureza pedagógica somente quando optam por cursar disciplinas relacionadas à metodologia do ensino superior em programas de pós-graduação, notadamente *strictu sensu*, ou quando buscam formação na área educacional.

O autor investigou as qualificações do professor e seus reflexos no desempenho discente nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil e as discussões apontadas pelo autor

sintetizam que há a necessidade de desenvolvimento de três qualificações docentes, no campo do ensino de Contabilidade: qualificação pedagógica, qualificação profissional e qualificação acadêmica.

Perazo *et al.* (2014), com base nos estudos de Miranda (2011, 2012), corroboram ao reiterar que essas competências são de suma importância enquanto capacidades necessárias aos docentes que ensinam contabilidade e elucida que:

A qualificação acadêmica refere-se à preparação do docente para o exercício da pesquisa sobre os temas que leciona. A qualificação profissional indica a ligação do docente com a experiência adquirida através das práticas contábeis vigentes no campo profissional. E, os saberes experienciais, estão estritamente ligados ao domínio do conteúdo. São os saberes que nascem com a prática e por ela são validados. (p. 6).

Essa formação complexa proposta por Miranda é adquirida, sobretudo, por meio da experiência de mercado e com a formação contínua (capacitação, *latu e stricto sensu*). O que o autor propõe é que o docente esteja capacitado por meio da pesquisa, da experiência contábil e do saber de conteúdo.

O estudo de Nossa (1999) reflete de modo geral sobre as deficiências encontradas no ensino superior, sobretudo a importância dada pela sociedade e pelo governo. Diante dessa reflexão o autor procura focar no caso específico do ensino de contabilidade e objetiva solucionar o porquê da deficiência na formação docente dos professores em contabilidade e quais as propostas de melhoria de formação tendentes a solucionar tal situação. Nossa (1999, p. 7) destaca que “[...] uma das maiores deficiências na educação contábil no Brasil é a falta de treinamento para os professores dos cursos de Ciências Contábeis”.

O resultado obtido com a pesquisa foi a existência de um círculo vicioso no ensino e descaso com a educação diante da expansão extraordinária dos cursos nos últimos anos, segundo o estudo. Contribui afirmando que “[...] é indispensável à conscientização da necessidade de buscar novos conhecimentos, novas técnicas de ensino, enfim, de se comprometerem com a educação.” (NOSSA, 1999, p. 17).

Perazo *et al.* (2014), inspirados nos estudos de Miranda (2011), realizaram um estudo de identificação do perfil dos docentes dos cursos de Ciências Contábeis de três Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Rio Grande do Sul, em termos de qualificação acadêmica, profissional e saberes experienciais. Por meio de uma abordagem quantitativa do problema, analisaram currículos *Lattes* de docentes e detectaram que a maioria possuía conhecimentos necessários à docência no que tange à qualificação acadêmica, porém um número reduzido não havia se qualificado profissionalmente, enquanto pelo menos a metade

dos docentes possuía conhecimento prático. Contribuem e concluem de que ainda é necessário investir em qualificações acessórias, sobretudo nos âmbitos acadêmico e pedagógico:

É preciso investir em qualificações acessórias, nos âmbitos acadêmico, pedagógico e profissional para que o processo de ensino e aprendizagem seja constantemente melhorado, pois ensinar contabilidade requer conhecimentos e habilidades que extrapolam a formação do contador. Isso faz com que a prática docente seja um desafio diante da diversidade de conhecimentos que precisam ser renovados e práticas que requerem reflexos sobre o ato de pesquisar. (PERAZO *et al.*, 2014, p. 14).

Os estudos de Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) focam nas medidas adotadas pelas IES federais visando a qualificação e formação dos professores diante da adoção brasileira aos padrões internacionais de contabilidade. Apontam a qualificação dos docentes como a principal dificuldade em relação ao ensino das novas práticas e a deficiências em ações práticas visando o aperfeiçoamento docente nessa área, resumindo-se, principalmente, a oferta de palestras. Como mencionado, o processo de evolução das Ciências Contábeis provoca impacto direto no ensino da mesma, tornando-se imprescindível a necessidade de formação e qualificação de professores, como apontam os autores:

O docente deve ser um agente de integração da universidade com a comunidade e para isso deve estar bem preparado e atualizado com a realidade da disciplina lecionada. A aprendizagem contínua é pressuposto da profissão contábil e na área acadêmica a atualização é fundamental. (ALMEIDA; FONTELES; OLIVEIRA, 2011 p. 7).

Laffin (2005) *apud* Almeida; Fonteles & Oliveira (2011) diz que o conhecimento contábil revela-se endógeno e reproduzido sem questionamentos, as estratégias de ensino são centralizadas pela avaliação somatória e classificatória. Ou seja, esse método intrínseco de transferir *conhecimento* é uma prática errônea, pois o aluno precisa estar subsidiado de mecanismos que o favoreça no processo de construção pessoal do conhecimento.

Andere e Araújo (2008) pesquisaram a formação de professores analisando as percepções de coordenadores e professores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, dada a importância que tais programas têm sob as formações prática, técnico-científica, pedagógica e sócio-política dos docentes.

A relevância do estudo concentra-se na necessidade do professor de ensino superior em Contabilidade possuir uma formação completa, englobando os conhecimentos experienciais e de mercado (prática); os saberes teóricos específicos e em pesquisas

acadêmicas (teórico-científico); os conhecimentos didáticos e saberes docentes (pedagógica) e conhecimentos sociais, econômicos e políticos que envolvam a realidade da própria profissão (sócio-político).

“Para que o professor de Contabilidade tenha uma formação completa, é necessário que os programas se preocupem mais com a formação prática, desenvolvendo a capacidade da aplicação da teoria na prática.” (ANDERE; ARAÚJO, 2008, p. 101).

Malusá e outros (2015) analisaram concepções da pedagogia universitária, formação de professores e saberes docentes presentes nas práticas e documentos de regulação dos cursos de Ciências Contábeis do triângulo mineiro e destacam que nos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPC) “[...] as reflexões acerca dos problemas sociais mais amplos não têm espaço, predomina a transmissão dos conhecimentos contábeis com ênfase no tecnicismo em face da inexistência de disciplinas que promovam essas reflexões.” (MALUSÁ *et al.*, p. 313). Ou seja, a ênfase no tecnicismo e na abordagem conteudista ainda são práticas errôneas no ensino de contabilidade no país, onde a busca pela formação de profissionais reflexivos ainda é deficiente.

Torna-se evidente, desse feito, a necessidade de uma formação docente e pedagógica mais consciente e contínua. Os saberes docentes experienciais em Ciências Contábeis são os mais coerente com a formação inicial. “É por meio de uma a formação inicial e contínua para a docência que tornará possível valer-se da própria experiência no magistério para refletir sobre a prática pedagógica vivenciada.” (MALUSÁ *et al.*, 2015, p. 315).

De modo a compilar todas as pesquisas socializadas, apresenta-se um quadro resumo que permite analisar as capacidades necessárias ao docente de Ciências Contábeis extraídas dos resultados auferidos pelos pesquisadores em discussão. Inserem-se também as capacidades apontadas como necessárias pelos pesquisadores do campo da educação e da pedagogia. O quadro, em nenhuma hipótese, esgota ou finda os saberes e competências docentes necessários aos sujeitos das pesquisas, pois, como evidenciado, tais capacidades precisam estar em constante ressignificação e reconstrução com vista a adequarem-se ao cenário da ciência, ao mercado profissional e ao perfil dos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 1 – Resumo dos Resultados Socializados

Capacidades docentes necessárias gerais	
Tardif (2014)	Saberes de formação profissional; Saberes disciplinares; Saberes curriculares; Saberes experienciais.
Pimenta (2012); Pimenta;	Saberes experienciais; Saberes do conhecimento; Saberes

Anastasiou (2002)	pedagógicos; Saberes didáticos.
Gauthier <i>et al.</i> (2006)	Saberes disciplinares; Saberes curriculares; Saberes das ciências da educação; Saberes da tradição pedagógica; Saberes experienciais; Saberes da ação pedagógica.
Shulman (1986; 1987)	Conhecimento curricular; Conhecimento do conteúdo; Conhecimento pedagógico; Conhecimento pedagógico do conteúdo.
Capacidades docentes necessárias ao professor-contador	
Miranda (2011)	Qualificação pedagógica; Qualificação profissional; Qualificação acadêmica.
Nossa (1999)	Busca de novos conhecimentos e técnicas de ensino; Comprometimento com a educação; Formação <i>stricto sensu</i> .
Perazo <i>et al.</i> (2014)	Formação continuada e atualização permanente; Qualificações acessórias (sobretudo pedagógica e acadêmica).
Almeida; Fonteles; Oliveira (2011)	Aprendizagem contínua na área contábil; Atualização contínua na área na acadêmica; Ações de pesquisa, ensino e extensão; Atualização em novas práticas docentes.
Andere; Araújo (2008)	Conhecimentos experienciais (prática de mercado); Conhecimentos teóricos específicos e em pesquisas acadêmicas (teórico-científico); Conhecimentos docentes e didáticos (pedagógicos); Conhecimentos sociais, econômicos e políticos (sócio-políticos); Capacidade da aplicação da teoria na prática.
Malusá <i>et al.</i> (2015)	Formação docente e pedagógica mais consciente e contínua; Formação inicial e contínua; Saberes experienciais.

FONTE: Resultados extraídos das pesquisas socializadas. Tabulação do autor.

Predominam nas pesquisas a exigência do saber experiencial e específico, sobretudo de mercado, e a formação contínua, tanto em prática didático-pedagógicas quanto no campo técnico e contábil. A ausência do conhecimento prático pode prejudicar a explanação e exemplificação de temas técnicos e problemas contábeis, como por exemplo, a perícia contábil, a auditoria etc.; os conhecimentos específicos precisam ser reciclados e aprimorados no desenvolvimento de pesquisas, em detrimento da docência; quanto aos saberes didático-pedagógicos, se o professor não os detém, tão pouco deterá de uma preparação sistematizada para o exercício da docência e das metodologias de ensino. (MIRANDA, 2011; ANDERE; ARAÚJO, 2008; MALUSÁ *et al.*, 2015).

As pesquisas (MIRANDA, 2011; NOSSA, 1999; ANDERE; ARAÚJO, 2008; MALUSÁ *et al.*, 2015) revelam a ausência de uma inter-relação entre a teoria e a prática do conhecimento, predominando técnicas de conteúdos mecânicos com aplicação de exercícios práticos em salas de aula. A docência em contabilidade “[...] tem se restringido à transmissão dos conhecimentos contábeis com ênfase no tecnicismo associado aos conteúdos mecanicistas [...]” (LAFFIN, 2005, p. 17 *apud* MALUSÁ *et al.*, 2015, p. 300).

Frente a esses resultados e aos desafios que são inerentes à profissão docente e contábil do professor de Ciências Contábeis, é preciso investir, sobretudo, em qualificações,

tanto acadêmica quanto profissional, numa formação continuada e (re) construtivista, visando capacitação didático-pedagógica, “para que o processo de ensino e aprendizagem seja constantemente melhorado, pois ensinar contabilidade requer conhecimentos e habilidades que extrapolam a formação do contador.” (PERAZO *et al.*, 2014, p. 13). Isso corrobora para que o ato docente torne-se um desafio perante a heterogeneidade de conhecimentos que precisam ser reciclados e presentificados, e diante de métodos e práticas reflexivas sob o ato de ensinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por propósito investigar quais os saberes e competências docentes são necessárias à prática pedagógica de professores em Ciências Contábeis, tendo como subsídio investigatório a socialização de resultados já obtidos por pesquisas anteriores. Inicialmente buscou-se em referências bibliográficas do campo da pedagogia/educação estudos acerca da temática das capacidades docentes (conhecimento, saberes e competências) para verificar quais são enumeradas como necessárias ao exercício docente no que diz respeito ao ato pedagógico, à didática, aos métodos avaliativos e a identidade profissional do professor.

Os estudos de Tardif (2014), Pimenta (2012), Pimenta; Anastasiou (2002), Gauthier *et al.* (2006) e Shulman (1986; 1987) apontam para uma perspectiva tênue no que diz respeito à necessidade dos professores deterem de saberes e conhecimentos experienciais, disciplinares e do conteúdo que ensina, pedagógicos, didáticos e das ciências da educação para uma ação pedagógica eficiente e que corrobore para a eficácia de resultados do processo de ensino e aprendizagem.

Quando se analisou as capacidades docentes necessárias aos professores-contadores presentes nos resultados socializados foi possível notar um corpo docente carente de especificidades, de formação continuada, qualificação profissional, pedagógica e didática. Os resultados socializados revelam que os conhecimentos teórico e prático precisam estar em constante renovação e reavaliação, não como uma reciclagem pedagógica, mas como uma construção permanente do saber docente e de transformação formativa e metodológica. Esse processo de (re) construção é onde o professor “[...] aprende, desaprende, reestrutura o aprendido, faz descobertas e, assim, vai aprimorando sua formação.” (CANDAU, 1997, p. 144).

Não somente a ciência contábil tem passado por consideráveis processos de transformação e evolução, portanto, mais do que nunca, é necessário que o professor se

mantenha atualizado e em constante reconstrução, não somente com relação aos fatos e acontecimentos de transformação e evolução da sociedade, mas, impreterivelmente, em relação aos conhecimentos didáticos e pedagógicos, aos saberes docentes em evolução e às novas tendências e métodos educacionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. R.; FONTELES, I. V.; OLIVEIRA, M. C. Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com a convergência internacional da contabilidade. In: **Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, 8, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2011.
- ANDERE, M. A; ARAÚJO, A. M. P. Aspectos da formação do professor de Ensino Superior de Ciências Contábeis: Uma análise dos Programas de Pós-Graduação. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo v. 19, n. 48, p. 91-102, set./dez. 2008.
- CARDOSO, A. A.; DEL PINO, M. A. B.; DORMELES, C. L. Os saberes profissionais dos professores na perspectiva de Tardif e Gauthier: Contribuições para o campo de pesquisa sobre os saberes docentes no Brasil. **ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, 9, 2012, Rio Grande do Sul. Anais. Rio Grande do Sul: ANPED, 2012.
- CANDAU, V. M. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 51-68.
- COMUNELLO, A. L *et al.* **Programas de pós-graduação stricto sensu em contabilidade: sua contribuição na formação de professores e pesquisadores**. Enfoque: Reflexão Contábil, 3, p. 07-26, 2012.
- CORNACHIONE, JR. E. B. **Tecnologia da educação e cursos de ciências contábeis: modelos colaborativos virtuais**. 2004. Tese (Livre – docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GAUTHIER, C. *et al.* **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados para download**. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 01 set. 2016.
- LACERDA, C. R. Saberes necessários à prática docente no Ensino Superior: Olhares dos professores dos cursos de bacharelado. **Revista Docência no Ensino Superior**, v. 5, n. 2, p. 79-100, 2015.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALUSÁ, S. *et al.* **Ensino superior**: concepções de pedagogia universitária no curso de Ciências Contábeis. Revista Educação e Cultural Contemporânea, Universidade Estácio de Sá, v. 12, n. 27, p. 289-319, 2015.

MIRANDA, G. J. **Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em contabilidade no Brasil**. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NOSSA, V. **Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica**. Caderno de estudos da FIPECAFI, São Paulo, n. 21, maio / ago. 1999.

PERAZO, A. N. C. *et al.* **Perfil do docente de Ciências Contábeis**: Perspectiva de sua qualificação acadêmica, pedagógica e profissional. In: Congresso Brasileiro de Custos. Natal, 21, 2014. Anais. Natal: ABC, 2014.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores**: identidades e saberes da docência. In: Pimenta, S. G. (Org.). Saberes pedagógicos e atividades de docência. São Paulo: Cortez, 2012.
ROLIM, C. L. A. *et al.* Docência no Ensino Superior: Formação continuada, saberes e práticas. In: **Seminário Internacional de Educação Superior**. Sorocaba, 1, 2014. Anais. Sorocaba: UNISO, 2014.

SHULMAN, L. S. **Those who Understand**: Knowledge Growth in Teaching. In: Educational Researcher, v. 15, n. 2, p.4-14, 1986.

_____. **Knowledge and Teaching: Foundations of the New Reform**. Harvard In: Educational Review, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da pesquisa aplica à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, G. L. F.; BRANDT, C. F.; TOZETTO, S. S. Análise dos saberes docentes relativos ao trabalho docente com auxílio do software Atlas-TI. In: TOZETTO, S. S. **Professor em formação: saberes, práticas e desafios**. Curitiba: Inter Saberes, 2015. Cap. 5, p. 137-167.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014. 17.ed.

PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS: MEMÓRIA, CULTURA E TEMPO PRESENTE

Geraldo Alves Lima (Or.)¹
Gabriella Barros Guimarães²

RESUMO

O presente estudo é pautado em uma pesquisa, elaborada pelo professor Geraldo Alves Lima que procura entender o funcionamento das instituições Filantrópicas. Dentro do artigo cumpre perceber como o princípio da solidariedade é inserido nas instituições, examinar os preceitos constitucionais que versem sobre o princípio da solidariedade, identificar a relação entre o princípio da solidariedade e as instituições filantrópicas como também analisar a memória, cultura e história das entidades. Foram utilizados métodos de pesquisa bibliográficos para desenvolver o estudo, os dados ainda não foram coletados, visto que a pesquisa se encontra em andamento, e ainda não houve análises específicas de campo.

Palavras-chave: Memória. Solidariedade. Filantropia.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os indivíduos que estão a mercê da sociedade, vem se tornando algo cada postergado nas relações humanas. Pensando nisso o Direito busca formas de inserir essas pessoas no meio social, resgatando os valores humanos que delas vem sendo extirpados.

A Constituição de 1988 dispõe sobre o dever do Estado de construir uma sociedade justa e solidária, entretendo no presente momento tal preceito constitucional não detém a eficácia esperada.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1995). Possui mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2002). Especialista em Administração escolar, Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Brasil (1996). Professor na Faculdade Católica Dom Orione, FACDO, Brasil.

² Graduanda no Curso de Direito – FACDO. gab_garota@hotmail.com

Pensando nisso, as instituições Filantrópicas suprem uma lacuna deixada pelo Estado e amparam àqueles que precisam de cuidados especiais, como os dependentes químicos, crianças ou idosos, sendo o ultimo o campo de estudo utilizado na pesquisa.

A pesquisa procura conhecer a fundo o funcionamento das instituições Filantrópicas, para delinear a produção do artigo, de modo que se faz mister conhecer seu regulamento, o tipo de trabalho por elas oferecido e verificar se são consideradas entidades filantrópicas de fato ou de direito. São estas e outras indagações que darão ensejo á compreensão do trabalho prestado na instituição “Cantinho do Vovô” que abriga idosos que carecem de um amparo maior do Estado.

A instituição foi escolhida, pois traz consigo a história de idosos que já contribuíram para o desenvolvimento no Estado no decorrer de sua jornada e agora necessitam de benefícios que o mesmo não dispõe, tais como saúde, moradia e lazer, sendo estes fatores indispensáveis pra lhes propiciar uma qualidade de vida adequada na velhice.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente estudo articulado pelo orientador Geraldo Alves Lima tem por finalidade mostrar como o princípio da solidariedade é direcionado ás instituições filantrópicas de Araguaína, considerando a memória e cultura pautada em cada uma delas, isto é, verificar se o princípio da solidariedade é de fato acolhido na instituição, e a forma como o presente princípio nela esta adentrado, assim como, conhecer a história da entidade, e verificar a carga axiológica que traz em seu bojo.

O Cantinho do Vovô será o local onde serão realizadas as pesquisas, conhecendo a história dos idosos ali presentes e dos voluntários que trabalham em prol de melhores condições daquelas pessoas, enfatizando a temática abordada na pesquisa.

Instituições Filantrópicas

O artigo o pretende elucidar o que são instituições filantrópicas, as leis que as regulamentam e o que é necessário para receberem o título de entidades filantrópicas.

Instituições Filantrópicas são entidades beneficentes que não possuem fins lucrativos, nas quais fornecem amparo a pessoas que são impossibilitadas de manter-se de forma adequada, como seus serviços não possuem fins lucrativos às atividades prestadas dentro delas devem ser voluntárias. Neste interim a o art. 1º da lei 12.101 preleciona:

A certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei. (Art., 1º lei 12.101\2009)

Deste modo, verifica-se que as instituições cumprem de fato o papel de ajudar aqueles menos favorecidos, em prol do bem estar dos mesmos.

Para serem consideradas instituições filantrópicas é indispensável estarem cumprindo atividades beneficentes sem fins lucrativos há no mínimo 12 meses (um ano), no decorrer desse ano são consideradas instituições de fato, só após concedido a certificação legal podem declarar-se- instituições de direito, deste modo, preleciona o art. 3º dalei12.101\2009.

A certificação ou sua renovação será concedida à entidade beneficente que demonstre, no exercício fiscal anterior ao do requerimento, observado o período mínimo de 12 (doze) meses de constituição da entidade (...) (art. 3º lei 12.101\2009).

A realização de atividades por no mínimo um ano em prol de indivíduos menos favorecidos é de suma importância, haja vista que é por meio desta análise que será possível verificar se a instituição é de fato apta para acolher aqueles necessitados, tendo em conta que tal atividade requer exímio compromisso e responsabilidade.

O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

Na Constituição Federal, o art. 3º inciso I vem tratar do princípio da solidariedade, o presente artigo é esboçado da seguinte forma:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II – garantir o desenvolvimento nacional;
III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

É notório que segundo a Carta Maior o princípio da solidariedade é uma garantia direcionada a todos os cidadãos, e tem como primazia promover o bem estar social para quaisquer indivíduos. É dever de o Estado zelar pelo bem comum de todos, e amenizar as desigualdades sociais presentes no sistema vigente, a juíza federal Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva preleciona deste modo:

Tais objetivos são ações que devem ser almeçadas e efetivadas pelos entes da federação para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que seja capaz

de garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza.

Percebe-se que a construção de uma sociedade justa e solidária é o critério norteador que soluciona as possíveis mazelas.

Esta norma constitucional apesar de expressa não é vista de forma concreta na prática, visto que, o Estado contém uma grande lacuna no que cumpre falar de sociedade justa e solidária, deste modo os cidadãos que estão à margem da sociedade sofrem as consequências desta omissão, o centro de pesquisa Gabirete evidencia esta informação com base na interpretação do artigo 3º inciso I da seguinte forma:

Estado tem de propiciar todos os meios para que a democracia seja exercida. Esse preceito foi estabelecido para os brasileiros no intuito de proporcionar bem estar, qualidade de vida e harmonia social. Contudo, ainda não é uma realidade vista na prática, existem mecanismos constitucionais de garantia, porém muitos indivíduos ainda não sabem como usá-los.

Como citado acima, a inércia de parte dos indivíduos provoca falha nas garantias constitucionais a eles oferecidas. Deste modo se faz necessário o intermédio das entidades filantrópicas para solucionar esta mazela.

Com objetivo de abrandar as desigualdades existentes, as entidades Filantrópicas, através do trabalho social por elas prestado procuram suprir esta falha do Estado e amparar aqueles que dependem de certos cuidados, dando-lhes alimentação, moradia, e saúde adequada.

MEMÓRIA

Uma maneira de resgatar um acontecimento do passado e mate-lo vivo no presente é possível através da memória, Marilena Chauí (2000, p.158) atesta:

A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais. É nossa primeira e mais fundamental experiência do tempo (...) (CHAUI, 2000 p. 158)

Quando o indivíduo recorda um fato que aconteceu no passado, revive aquele mesmo momento, conservando todas as sensações que tivera naquele dado instante.

Com base nisso, nota-se que a memória está presente nas experiências pessoais, elencadas de acordo com a vivência de cada sujeito, sendo algo subjetivo que permeia no interior de cada pessoa, esta, por sua vez, é a chamada memória individual.

É possível verificar além da memória individual a existência de uma memória coletiva, que surge de acordo com relatos e histórias propagadas pelos mais antigos, e devido à continuidade das narrativas, as raízes matem-se sólidas no presente. Em face disso Marilena Chauí (2000, p. 159) diz que:

Como consciência da diferença temporal – passado, presente e futuro -, a memória é uma forma de percepção interna chamada introspecção, cujo objeto é interior ao sujeito do conhecimento: as coisas passadas lembradas, o próprio passado do sujeito e o passado relatado ou registrado por outros em narrativas orais e escritas. Além dessa dimensão pessoal e introspectiva (interior) da memória, é preciso mencionar sua dimensão coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da História de uma sociedade.

É relevante comprovar que as histórias orais também são fatores preponderantes para a disseminação da memória coletiva, e valorização da memória individual.

Nesta direção, é possível vislumbrar o tipo de memória que há dentro das entidades filantrópicas. Existe nelas uma memória coletiva, visto que, cada instituição possui uma história antes de sua efetivação que é disseminada através de imagens, objetos e relatos, como também a memória individual, embasada de acordo com o que é retratado por parte de cada colaborador ali presente.

Para conhecê-las de maneira clara é necessário dialogar com os voluntários que ali prestam serviços, desde atuais aos mais antigos. Estes últimos por sua vez, serão fundamentais, tendo em conta que é através deles que haverá a possibilidade de entender a essência histórica presente naquela entidade. Devido ao fato de atuarem em benefício da mesma há um tempo maior.

Para tanto é necessário fazer alguns questionamentos, como por exemplo, O que motivou seu surgimento? Quais fatos desencadearam a criação da instituição? Quem ou quais foram os principais precursores da entidade? São estas e demais indagações que ao serem pautadas darão luz a memória, história e cultura da instituição.

História oral

Os acontecimentos relatados através de histórias, imagens, gravações, são formas de demonstrar como a história oral é exposta, fatos ditos por pessoas que viveram no passado,

fazem com que a narrativas descritas permeiem no presente, neste ínterim o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (2015) descreve da seguinte forma:

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

Com base no conceito e citação apontados, observa-se que a análise de documentos, fotos, e entrevistas com responsáveis pelas instituições são de grande valia para o pesquisa, haja vista que é através destes fatos que haverá a possibilidade de conhecer a fundo a cultura da instituição juntamente com a carga valorativa que permanece nela por meio brilhante trabalho de seus representantes, cumpre ressaltar que estas histórias cultivam a memória da entidade que será propagada ao longo das gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho explanado possui apenas dados teóricos, devido à pesquisa ainda estar em andamento, os dados aqui coletados podem sofrer algumas ratificações de acordo com o desenrolar do estudo.

Depois de feito o levantamento dos elementos necessários (pesquisa de campo e teórica), será elaborado um artigo científico contendo todas as informações então coletadas, e só então será possível apresentar informações específicas.

Conhecer o princípio da solidariedade, identificar o que de fato são instituições filantrópicas, e saber como conhecer a memória e cultura da entidade, foram assuntos indispensáveis para posteriormente serão dispostos com mais exatidão, tendo em conta que a pesquisa ainda é um embrião e aos pouco ganhará vida.

REFERENCIAS

FGV – CPDOC. **O que é história oral**. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 09 de outubro de 2016>.

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. (P. 158 - 164)

CONCEITO. DE. **Conceito de filantropia** - O que é, Definição e Significado. Disponível em:< <http://conceito.de/filantropia#ixzz4I19DNcJJ>>. Acesso em: 09 de outubro de 2016.

GABIRETE: Art. 3º comentado - **Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < <http://www.gabarite.com.br/dica-concurso/106-artigo-3-comentado->

objetivos-fundamentais-da-republica-federativa-do-brasil .> Acesso em 09 de outubro de 2016.

LIMA, Geraldo Alves et al. **Memória, cultura e solidariedade no ensino superior**. Goiânia: Kelps, 2015 (p. 27 - 39).

Presidência da Republica Casa civil Subchefia para assuntos jurídicos Lei nº12.101 de 27 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm > **Acesso em 09 de outubro de 2016.**

SILVA, Ana Cristina Monteiro de Andrade - **Princípio constitucional da solidariedade.**

Disponível em

http://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao057/AnaCristina_Silva.html>. Acesso em: 09 de outubro de 2016.

PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E A ATUAÇÃO ESTATAL

Alana Beatriz Silva Costa¹

Rodrigo Resplande Rodrigues²

Priscila Francisco Silva³

RESUMO

Este trabalho analisa o princípio da função social da empresa e sua relação junto ao Estado, com o objetivo de descrever as principais nuances em relação à sua conceituação, frente ao conflito existente entre o dever de assistência por parte do Estado e a distribuição dessa competência às empresas privadas. Empregou-se como método a pesquisa bibliográfica, a partir da análise de periódicos, livros, artigos, internet, etc. Verificando-se uma inconsistência em relação a este princípio, a doutrina alberga posicionamentos distintos nesse sentido. Considerando-se ao final sua importância e objetividade, como forma de se evitar que em razão da geração de lucros, as empresas ultrapassem os limites éticos sociais, ou seja, a função social é inserida à sociedade empresária com o propósito de humanizar as corporações e aproximá-las da coletividade e de seus consumidores.

Palavra-Chave: Empresa. Função Social. Atuação Estatal.

INTRODUÇÃO

À Constituição Federal Brasileira de 1988 foi inserto o princípio da função social da propriedade privada que por derivação é relacionado às empresas. Nessa nítida redefinição de valores e princípios éticos que norteiam as relações humanas como um todo, a importância de se discutir, em que consiste o princípio da função social da empresa.

Para tanto, necessário descrever as principais nuances em relação à sua conceituação, frente ao conflito existente entre o dever de assistência por parte do Estado e a distribuição dessa competência às empresas privadas. Ou seja, discute-se a seguridade de alguns direitos que *a priori* deveriam ser garantidos pelo Estado, aos quais este vem se dissociando e transferindo-os as pessoas jurídicas de direito privado, corroborando em uma interpretação considerada por parte da doutrina como equivocada, distorcida.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione. alanalopes54@hotmail.com.

² Graduando em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione. resplandes52@gmail.com.

³ Mestranda em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins e Professora na Faculdade Católica Dom Orione. priscilasilva@catolicaorione.edu.br.

Portanto, a partir da inconsistência conceitual que envolve o referido princípio, construiu-se a problemática desenvolvida neste trabalho, a fim de se analisar a essência do princípio e sua relação com o Estado.

Nesse sentido, foi empregado como método a pesquisa bibliográfica, a partir da análise de periódicos, livros, artigos, internet, etc.

Permitindo-nos concluir, que o princípio da função social representa a forma de se evitar que em razão da geração de lucros, as empresas ultrapassem os limites éticos sociais.

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRIVADA

Antes de iniciarmos as considerações em relação à função social da empresa, interessante a análise do significado de seus elementos, haja vista, a nebulosidade que envolve o conceito de função social. Nesse sentido, e segundo o dicionário Aurélio (2002, P. 256 - 477), entende-se por função “o conjunto de direitos, obrigações e atribuições de uma pessoa em sua atividade específica”, enquanto para o social, nesse contexto, considera-se “algo que interessa à sociedade”.

Portanto, a função social atrela-se ao conjunto de direitos e obrigações de uma “pessoa”, em sua atividade específica, devendo estes interessar à sociedade.

Ressalta-se que a função social da empresa é espécie do gênero propriedade privada, estando este relacionado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 170, ou seja, encontra-se dentre os dispositivos que dispõem sobre a ordem econômica e financeira nacional, devendo assim ser fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa.

Nas palavras de Lopes (2006) da leitura do artigo, seria possível sumariamente a interpretação de que a Constituição busca a conciliação de princípios conflitantes, o da propriedade privada e o da função social da propriedade. Não sendo, no entanto, a abordagem adequada, ao contrário, é notório que se busque a coerência do texto constitucional, recorrendo se necessário a dignidade da pessoa humana.

Ou seja, de fato a função social da propriedade é tema controverso, que será contraposto com outros distintos em diversas oportunidades, devendo sua execução e aplicabilidade efetiva, considerar o fundamento que lhe seja apresentado.

Com respeito ao universo empresarial, a questão em exame continua de maneira subentendida. Tendo em vista, a divergência em relação ao entendimento da função social da empresa. Nesse sentido, há aqueles que acreditam que esta passa pela aceitação de

responsabilidades que vão além do desenvolvimento do objeto social pela empresa, enquanto para outros a empresa deve atentar-se ao atendimento dos interesses dos acionistas. A partir de então, os questionamentos doutrinários.

FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: CONCEITO E PROBLEMATIZAÇÃO

A função social da empresa aparece prevista atualmente nos artigos 116, parágrafo único e artigo 154 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas),

Art. 116 (...)

Parágrafo único. O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua **função social**, e têm deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.

Art. 154. O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e **da função social da empresa**. (Grifo nosso)

Ou seja, atesta-se a existência do referido princípio em nosso ordenamento jurídico. Todavia persiste a necessidade de esclarecimento em relação a sua conceituação.

Segundo Fábio Ulhoa Coelho,

Cumpra sua função social a empresa que gera empregos, tributos e riqueza, contribui para o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade em que atua, de sua região ou do país, adota práticas empresariais sustentáveis visando à proteção do meio ambiente e ao respeito aos direitos dos consumidores. Se sua atuação é consentânea com estes objetivos, e se desenvolve com estrita obediência às leis a que se encontra sujeita, a empresa está cumprindo sua função social; isto é, os bens de produção reunidos pelo empresário na organização do estabelecimento empresarial estão tendo o emprego determinado pela Constituição Federal. (COELHO, 2012, p. 81)

Em outras palavras, a função social da empresa seria decorrência natural de seu desenvolvimento, a partir da geração de empregos, pagamento de impostos, circulação de riquezas, dentre outros.

Consoante esse pensamento a empresa deve encaminhar seus trabalhos e preocupações no desenvolvimento do objeto social, em favor de seus acionistas, já que a função precípua da empresa é a geração de lucro. Parte do pressuposto de que os acionistas investiram capital na empresa e acreditam no desenvolvimento desta, bem como, seu retorno.

Por outro lado, defende-se a idéia de que a função social da empresa é desempenhada quando favorece a pluralidade de agentes que com ela se relacionam.

Sendo relevante nesse ínterim, as considerações de Ana Frazão de Azevedo Lopes,

A função social não tem, portanto, a finalidade de aniquilar as liberdades e os direitos dos empresários nem de tornar a empresa um simples meio para os fins da sociedade, até porque isto implicaria a violação da dignidade dos empresários. O objetivo da função social é o de mostrar o compromisso e as responsabilidades sociais da empresa, reinserindo a solidariedade social na atividade econômica.

(...)

Ocorre que esses compromissos não são atingidos quando a empresa se restringe a não prejudicar os consumidores e os demais cidadãos. Já se viu que o cumprimento da função social, no seu aspecto positivo, não diz respeito apenas à ausência de prejuízos; mais do que isso, exige a existência de benefícios sociais.

(...)

Para efeitos da função social da empresa, o que verdadeiramente importa é a distribuição social dos benefícios econômicos, a fim de proporcionar a todos uma existência digna. (LOPES, 2006, p. 281)

Dessa forma, entende-se que a função social da empresa, compreende outros sujeitos nas suas relações, influenciando diretamente na conservação e no andamento regular do Estado e da Sociedade. Além de exercer integralmente sua função social (atender a todas as exigências positivadas nos textos legais, em benefício de seus “stakeholder” – partes interessadas) oportuniza, por mera liberalidade, sem qualquer exigência, de forma habitual, duradoura, uma série de benefícios sociais para a sociedade, a fim de desenvolver a valorização da dignidade da pessoa humana, responsabilizando-se, até mesmo, com o êxito da destinação desses recursos financeiros e/ou materiais, da mesma maneira que com os efeitos sociais que se pretende atingir.

OBJETIVIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Como bem aduz Luiz Eduardo Oliveira Alejarra (2015), desde a Revolução Industrial que as sociedades empresárias atingiram notório papel no cenário político-econômico estatal.

Nesse sentido, faz-se necessário, novos padrões de convívio entre empresa e coletividade, ante o cenário da moderna sociedade, tendo em vista que ações sociais intentam uma consciência mais elaborada, e uma colocação proativa das empresas em relação a temas e problemas como as questões ambientais, sociais e de gênero no ambiente de trabalho.

Eduardo Tomascevicius Filho, expressamente consigna que,

(...) a função social da empresa apresenta-se como um poder-dever do empresário frente aos consumidores e trabalhadores, devendo seus administradores harmonizar o *animus lucrandi*, característica essencial de qualquer sociedade empresária, com os meta-interesses da sociedade em que se encontra inserida, mediante a obediência de valores que ultrapassam o mero interesse econômico daquelas corporações. (FILHO, 2003, p. 40)

Assim, o princípio da função social da empresa adentra a sociedade empresária com o propósito de humanizar as corporações e aproximá-las da coletividade e de seus consumidores. O que não quer dizer que aquela deva prevalecer sobre a função econômica da empresa.

Considera-se assim, que o referido princípio ofertou maior grau de justiça às relações sociais, a fim de se evitar abusos individuais e favorecer a socialização do bem estar.

Nesse diapasão a empresa deixa de pretender somente o lucro, expandido suas responsabilidades, introduzindo às suas metas uma exploração econômica atrelada a valores sociais de bem estar coletivo e justiça social.

O DEVER DE ASSISTÊNCIA POR PARTE DO ESTADO E A DISTRIBUIÇÃO DESSA COMPETÊNCIA ÀS EMPRESAS PRIVADAS

Numa vertente objetiva em relação ao princípio da função social da empresa, argumenta-se uma distorção em relação à sua natureza e destinação quando do atendimento dos interesses sociais de todos que dela dependem.

Assim, a observação traçada por Fábio Konder Comparato (1996, p. 79 - 80),

(...) a meu ver a chamada “propriedade de empresa” não comporta deveres de prestação de serviços sociais, incompatíveis com a própria natureza da empresa, em nosso sistema econômico, em sua qualidade de entidade direcionada, primariamente, à produção de lucros. Constituiu, aliás, uma aberrante falácia do discurso neoliberal sustentar que o Estado fica dispensado, doravante, de cumprir seus deveres próprios de prestar serviços de natureza social – notadamente educação, saúde, previdência e moradia popular – porque tais serviços podem e devem ser prestados pelas empresas privadas.

A partir dessa concepção, do atendimento ao princípio da função social pelas empresas, retira-se do Estado um dever propriamente seu. Ou seja, cabe a este, a garantia dos direitos fundamentais expressos na Constituição Federal, e não ao empreendedor que gerencia seu empreendimento com o propósito basilar de atingir lucro e retorno do capital que ali foi investido reparar a inabilidade estatal de defesa dos direitos fundamentais.

Contraopondo-se a este posicionamento, interessante a abordagem dada por Paulo Roberto Colombo Arnoldi e Taís Cristina de Camargo Michelin (2000) em relação às atribuições que pertencem ao Estado e as que são de competência das empresas,

Podemos afirmar que atribuir alguns deveres a essas entidades não significa esquivar o Estado de funções que lhe são próprias. Na economia moderna, ambos devem trabalhar juntos, pois é notório que a atividade empresarial assumiu dimensões extraordinárias que cada vez mais vêm se acentuando nesta época de globalização. A crescente concentração de riquezas que estamos presenciando com os grandes conglomerados empresariais tornará, em não muito tempo, insustentável o ciclo produtivo, caso permaneça essa visão antiquada da empresa capitalista. Importante ressaltar que sua contribuição à sociedade não significa uma diminuição dos lucros. Pelo contrário, podemos felizmente constatar uma sensível melhora nas condições econômico-financeira das instituições que têm adotado medidas de caráter social. São alternativas viáveis e necessárias a esse novo contexto mundial. A sociedade está cobrando cada vez mais essa atuação. (ARNOLDI, MICHELAN, 2000, p.157)

Quer dizer, uma visão mais moderna em relação ao princípio da função social da empresa, a idéia de um olhar equilibrado entre as competências do Estado e da empresa, a necessidade de uma atuação conjunta com o fim de garantir maior eficácia dos direitos fundamentais estampados na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, vale esclarecer que o fato da empresa ter por finalidade precípua a obtenção de lucro, não quer dizer que esta contrarie ao princípio da dignidade da pessoa humana, tampouco ofenda aos direitos fundamentais. A objetividade atende ao fato de se impedir que as empresas ignorem valores sociais baseada na satisfação dos interesses de lucros dos empresários.

No entanto, a empresa dentro de suas atribuições empresárias, a partir do cumprimento de suas obrigações como, por exemplo, o respeito à legislação trabalhista, atendimento aos direitos do consumidor – trabalhadores acertadamente – possibilita naturalmente um quadro de bem estar social.

Assim, qualquer atribuição além destas e que tenha natureza obrigatória, direciona para a adulteração de sua função, que em sua essência não é a social. A promoção da dignidade humana e da igualdade social, assim como a busca pela supressão da pobreza, constitui deveres do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, é visível que ainda persiste no âmbito jurídico e em especial o ramo empresarial uma inconsistência em relação ao princípio da função social das empresas. A doutrina alberga posicionamentos distintos nesse sentido.

Sabe-se que a sociedade empresária deve em sua essência ir ao encaixe de seu interesse social, isto é, sua finalidade vital de formação de lucro. Com a Constituição Federal de 1988, e a inserção do princípio da função social discute-se a sua substância.

Nesse sentido, consideramos que, a partir do desenvolvimento do campo empresarial, ficam evidentes os proporcionais avanços na área social, como por exemplo, o estímulo para o desenvolvimento de obras públicas com recursos oriundos de tributos arrecadados pelo Estado, ficando claro que a partir do momento que a sociedade empresária se desenvolve a sociedade e o Estado percorre o mesmo caminho.

Explicou-se que qualquer atribuição agregada às obrigações da empresa que excedam o andamento natural do objeto da organização e a satisfação dos interesses dos acionistas, não faz parte de sua função social. Nesse diapasão, a promoção da dignidade humana e da igualdade social, assim como, a seguridade dos direitos fundamentais, constituem deveres do Estado.

Ou seja, pela visão da sociedade empresária é inviável o atendimento ao princípio da função social da empresa, quando para tanto se deve satisfazer o interesse de todos aqueles que dela dependem, tendo em vista que frente à pluralidade de interesses, o acolhimento de todos é impossível.

No entanto, a partir de uma visão despretensiosa podemos analisar a importância e objetividade do referido princípio, como forma de se evitar que em razão da geração de lucros, as empresas ultrapassem os limites éticos sociais e mais, que por essa razão a prejudique.

Assim, o princípio da função social da empresa adentra a sociedade empresária com o propósito de humanizar as corporações e aproximá-las da coletividade e de seus consumidores. O que não quer dizer que aquele deve prevalecer sobre a função econômica da empresa, deve sim, evitar abusos individuais e favorecer a socialização do bem estar.

Não desconsiderando assim, que a partir do momento que a empresa cumpriu com suas obrigações, respeitando à legislação trabalhista e tributária, o acolhimento dos direitos dos consumidores, conduziu-se eticamente, gera prontamente, um cenário de bem estar social, beneficiando desse modo a sociedade em que está inserida.

REFERÊNCIAS

AURELIO, O mini dicionário da língua portuguesa. 4a edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7a impressão – Rio de Janeiro, 2002.

ALEJARRA, Luiz Eduardo Oliveira. **A função social da empresa.** [S.I]: Estudando Direito, 2015. Disponível em: <estudandod.blogspot.com.br/2015/04/a-funcao-social-da-empresa.html>. Acesso em: 08 de out. 2016.

ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo; MICHELAN, Taís Cristina de Camargo. **Novos enfoques da função social da empresa numa economia globalizada.** Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro. Ano XXXIX, nº 117, janeiro/março de 2000 – pág. 157/162

BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: Acesso em: 25 fev. 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**, volume 1: direito de empresa. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. **Estado, Empresa e Função Social.** In: Revista dos Tribunais. RT 732/1996. Outubro de 1996. Págs. 79 e 80

FILHO, Eduardo Tomaszewicz. **A função social da empresa.** Revista dos Tribunais. São Paulo, n. 92, p. 33-50, abr.2003.

GABRICH, Frederico de Andrade; SILVA, Rogério Luiz Nery Da. **Autonomia privada, regulação e estratégia.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação) – Congresso Nacional do CONPEDI – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2015.

LOPES, Ana Frazão de Azevedo. **Empresa e Propriedade** – função social e abuso de poder econômico. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MENDES, Frederico Ribeiro de Freitas. **A Concretização da função social da empresa pela sua atividade fim.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

PESSOA, Maiana Alves. **A função social da empresa como princípio do direito civil constitucional.** Disponível em: www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/8908-8907-1-PB.pdf. Acesso em: 08 de out. 2016.

ZANOTI, Luiz Antonio Ramalho. **A função social da empresa como forma de valorização da dignidade da pessoa humana.** 2006. 240f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Mestrado em Direito, Universidade de Marília, São Paulo, 2006.

PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE NAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS: MEMÓRIA, CULTURA E TEMPO PRESENTE

Alana Beatriz Silva Costa¹
Geraldo Alves Lima (Or.)²

RESUMO

O presente artigo tem por objeto a apresentação do projeto de pesquisa pensado pelo professor Geraldo Alves Lima e, por conseguinte o projeto específico referente à instituição filantrópica Ana Carolina Tenório. Com objetivo de se identificar a propagação do princípio da solidariedade dentro das instituições, isto é, se as instituições conhecem a solidariedade e como a desenvolvem, sendo antes necessária a identificação e seleção de instituições que realmente são filantrópicas dentro dos parâmetros estipulados pela pesquisa. Atendendo ao método de pesquisa da História Oral, ou seja, a oitiva de depoimentos que possibilitarão considerações em relação ao objetivo deste exame. É sabido que o trabalho encontra-se em desenvolvimento não sendo assim possível a apresentação de possíveis resultados.

Palavras-chave: Filantropia. Solidariedade. Tempo presente

INTRODUÇÃO

Observa-se em relação à atual sociedade uma supressão quanto ao entendimento dos problemas sociais crônicos, pelo tempo, ou como sua maioria diz a falta deste. Problemas variados, que vão desde crianças em situações de risco à dependência química. Ante a veemente essencialidade e descaso, ganham número entidades filantrópicas que desempenham atividades de responsabilidade do poder público para a resolução de determinados problemas sociais.

Assim sendo, a necessidade de pesquisa relacionada a instituições “filantrópicas”, que desenvolvem em tese um trabalho solidário, sendo necessário para tanto, antes de adentrarmos no mérito da solidariedade, entendermos e diferenciarmos a que nos referimos

¹Graduanda no Curso de Direito – FACDO. alanalopes54@hotmail.com

²Graduado em Licenciatura Plena em filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (1995). Possui mestrado em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2002). Especialista em Administração escolar, Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Brasil (1996). Professor na Faculdade Católica Dom Orione, FACDO, Brasil.

quando mensuramos “entidades filantrópicas”, isto é, entendermos de fato no que consiste uma entidade filantrópica e por que assim são consideradas.

Ademais, é extremamente importante a compreensão em relação aos elementos a serem esclarecidos no desenrolar desta reflexão; como memória, cultura, solidariedade e tempo presente.

Desse modo, será possível compreender a essencialidade da pesquisa relacionada à instituição filantrópica Ana Carolina Tenório – esta que abriga crianças em situações de risco – mediante análise categórica no tocante a suas histórias, seu papel na sociedade araguainense e o poder que possui junto à construção de uma nova realidade para seus assistidos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O projeto inicial pensado pelo professor Geraldo Alves Lima tem por objetivo analisar a efetividade do princípio da solidariedade dentro das instituições filantrópicas da cidade de Araguaína Estado do Tocantins, ou seja, evidenciar se estas instituições realmente desenvolvem um trabalho solidário, se possuem consciência do que é solidariedade – com base em suas memórias, sua cultura e em sua contemporaneidade – sendo necessária uma observação seletiva para se identificar as entidades filantrópicas de fato e de direito.

Possibilitando a partir da perspectiva abordada pelo projeto guarda-chuva, a interessante atenção ao trabalho prestado pela entidade Ana Carolina Tenório.

ENTIDADES FILANTRÓPICAS

Composta por elementos, que concatenados compõe o eixo norteador deste exame, é concebível o estudo de cada um deles individualmente.

Desse modo, a apreciação primeira sobre as entidades filantrópicas. Segundo o entendimento de Pozzobon (2003), as entidades filantrópicas são constituídas e registradas para colaborar na missão do Estado, suprindo as deficiências deste no atendimento de finalidades educacionais, culturais, assistenciais, de saúde, beneficentes e de atividades voltadas para a promoção da pessoa humana e proteção do bem comum, ou seja, para ocupar um papel paraestatal. Por esse motivo, e porque cumprem os requisitos legais, as instituições filantrópicas são reconhecidas pelo Estado como sendo de utilidade pública nas diversas esferas políticas.

Cumprer ressaltar que toda entidade que trabalhe junto à promoção humana ainda que não tenha o Certificado de Assistência Social pode ser considerada uma entidade filantrópica de fato, pela atividade desempenhada. A certificação e a obediência aos requisitos legais a converte em entidade filantrópica de direito, recebendo um tratamento diferenciado por parte do Estado.

Portanto, as entidades filantrópicas são entidades sem fins lucrativos que desenvolvem atividades de assistência social, tutelando direitos não abarcados pelo Estado, estas que compõe o que conhecemos como terceiro setor. Reconhecidas por meio de uma *certidão de filantropia*, (comprovação de suas ações filantrópicas) o que lhe permiti um tratamento diferenciado por parte do Estado.

PRINCÍPIO DA SOLIDARIDADE

A base do presente estudo consiste no reconhecimento e identificação do princípio da solidariedade.

É notória a confusão existente quando da identificação do que é solidariedade e do que é caridade. Quando na verdade consiste em comportamentos apesar de parecidos à primeira vista, dotados de elementos que os diferenciam em sua razão.

Ser solidário não significa ser caridoso, o dicionário Houaiss (2009, p. 137- 697,) assim define os ditos termos, “caridade: Ação que beneficia outra pessoa. Solidariedade: identidade de sentimentos, de ideias, de doutrinas”. Ou seja, a solidariedade vai além da caridade, é a expressão mais profunda da sociabilidade que caracteriza a pessoa humana, não se trata de uma atitude mecanizada e determinada, o indivíduo efetivamente solidário age por acreditar naquilo que faz, porque aquilo lhe faz sentido, lhe faz bem, e não porque alguém determinou que fizesse ou que agisse daquele modo.

A partir deste preceito uma indagação fundamental em relação a presente pesquisa e as entidades reconhecidas como filantrópicas. Será que efetivamente estas instituições conhecem a solidariedade? E se conhecem. Como esta é desenvolvida?

MEMÓRIA

Marilena Chauí (2000, p.158), ao externar o pensamento de Proust, explica que a memória é a garantia de nossa própria identidade, o modo de podermos dizer “eu” reunindo

tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos. Ou seja, uma forma de percepção interna, a partir de uma reflexão do “eu”.

No entanto, esta não é a única forma de memória classificada pela já citada autora, há ainda outras espécies como,

1. A memória perceptiva ou reconhecimento, que nos permite reconhecer coisas, pessoas, lugares, etc. e que é indispensável para nossa vida cotidiana;
2. A memória-hábito, que adquirimos por atenção deliberada ou voluntária e pela repetição de gestos ou palavras, até gravá-los e poderem ser repetidos sem que neles tenhamos que pensar;
3. A memória – fluxo – de – duração-pessoal, que nos faz guardar a lembrança de coisas, fatos, pessoas, lugares cujo significado é importante para nós, seja do ponto de vista afetivo, seja do ponto de vista de nossos conhecimentos;
4. A memória social ou histórica, que é fixada por uma sociedade através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva. Excluindo-se os mitos, que são fabulações, essa memória é objetiva, pois existe em objetos (textos, monumentos, instrumentos, ornamentos, etc.) e fora de nós;
5. A memória biológica da espécie, gravada no código genético das diferentes espécies de vida e que permitem a repetição da espécie;
6. A memória artificial das máquinas, baseada na estrutura simplificada do cérebro humano.(CHAUI,2000, p.163).

Ou seja, a memória pode se apresentar de diversas formas, desde movimentos que executamos cotidianamente a lembranças do passado ou até mesmo em maior escala, como encontramos na atualidade, em relação às memórias artificiais.

A partir de então, analisa-se a memória sob duas dimensões, a introspectiva já mencionada, também denominada de subjetiva. E a memória objetiva, com sua dimensão coletiva ou social, que seria a história de uma sociedade gravada nos monumentos, documentos e relatos de sua história.

Independentemente do tipo de memória, é imprescindível destacar sua importância em relação ao conhecimento e a construção social, por ela se descobri uma das formas fundamentais de nossa existência, uma sociedade não se constrói sem uma história/histórias, as lembranças do passado conferem sentido ao presente.

Compreendida à memória, torna-se possível analisar, observar e questionar as instituições objeto desta pesquisa, saber se estas efetivamente a possuem e qual seria.

O CONCEITO DE METODOLOGIA DE PESQUISA

Segundo Minayo, (2009, p.16) “por metodologia entende-se o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nesse sentido, a metodologia

compreende os pontos de vista teóricos de abordagem que possibilitam a construção do trabalho e impulsionam a criatividade do investigador.

Nesse seguimento, consideram-se dois aspectos: a metodologia enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, e enquanto conjunto de técnicas. Em relação aquele, teoria e metodologia andam juntas, já em relação a esse, a metodologia deve proporcionar ferramentas claras, coerentes, que sejam suficientes para conduzir os problemas teóricos para o desafio da prática.

Em relação à pesquisa Minayo assim diz,

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (MINAYOU, 2009, p.17-18)

Ou seja, toda investigação começa com base em uma pergunta, um questionamento, um problema, que se articula a conhecimentos anteriores, mas que por vezes podem demandar novas concepções, com base em novos conhecimentos, daí então, a necessidade da pesquisa.

Por fim, ressalva-se que dentre o tipo de pesquisa que se pretenda fazer, estão insertos métodos específicos. Assim, a partir do momento em que se detecta a necessidade de pesquisa e o tipo metodológico faz-se necessário a análise individual de seus elementos.

HISTÓRIA ORAL

Para desenvolver este projeto, faremos uso do método de pesquisa com base na história oral. Que segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2015, p. 08), consiste em, “a história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea”.

Ou seja, por este método é possível exteriorizar-se a história individual e coletiva gravada pelas pessoas, possibilitando uma compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registros.

Como o objeto de nossa pesquisa não são pessoas de uma maneira individual, mas sim entidades, esta se fará por intermédio de seus representantes, com base na experiência que possuem e como interpretam acontecimentos, situações e o modo de vida de cada instituição.

Tal método compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos colhidos. Faz-se necessário, antes, a pesquisa e o levantamento de dados para a preparação dos roteiros das entrevistas. Bem como, a construção de uma carga teórica, com o fim de conhecer o seu objeto, além claro, dos objetivos a serem lapidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado, o projeto em exame encontra-se em estágio de desenvolvimento. Por se tratar de uma pesquisa que envolve trabalho de campo, antes de iniciarmos essa fase, são de suma importância a construção teórica e a análise dos elementos que compõe a pesquisa.

Em pouco mais de 3 (três) meses ainda não é possível a apresentação de resultados. No entanto, buscamos a apresentação de nossos objetivos e do que desenvolvemos até aqui.

O trabalho tem por base o princípio da solidariedade, a identificação pessoal, a ideia da sociabilidade humana; a diferenciação entre entidades e a possível identificação das entidades filantrópicas e a análise memorial de cada instituição, somente a partir destas ponderações e da efetiva pesquisa (ao campo) serão possíveis qualquer considerações.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. (P. 158 - 164)

FILANTROPIA Conceito de: O que é, Definição e Significado. (2011). Disponível em: <<http://conceito.de/filantropia#ixzz4I19DNcJJ>>. Acesso em: 21 de agosto de 2016.

ORAL O que é história. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. (2015). Acesso em: 04 de outubro de 2016.

GHILARDI, Wanderlei José; CERETTA, Paulo Sérgio. Os equívocos legais da filantropia. **Revista eletrônica de contabilidade**, Rio Grande do Sul, v.1, n.1, p. 49-70, set-nov.2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIMA, Geraldo Alves et al. **Memória, cultura e solidariedade no ensino superior**. Goiânia: Kelps, 2015 (p. 27 - 39).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

POZZOBON, E.A. **A filantropia** – uma ação gratuita de associações constituídas e legisladas pelo Código Civil, sob a proteção da constitucionalidade da constituição: Santa Maria: Pallotti, 2003.

RESUMOS - APRESENTAÇÃO EM FORMA DE COMUNICAÇÃO ORAL

A APLICABILIDADE DA MEDIAÇÃO DIANTE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Aline de Oliveira¹
Pollyanna Marinho Medeiros Cerewuta (Or.)²

RESUMO

A mediação instituída como ferramenta legal e efetiva para a desjudicialização do conflito consiste na transferência do poder do Estado ao sujeito, para que ele próprio seja o responsável pela solução e conseqüente pacificação social. Assim, é necessário refletir como a cultura litigiosa ora vista na conduta do brasileiro será transformada por esta ferramenta, principalmente quanto à adesão a este método pelo cidadão. Para esse fim, buscou-se a pesquisa bibliográfica e documental, sob o método dedutivo, em que as premissas normativas abstratas e doutrinárias conceituais são enquadradas na perspectiva da implementação pelo poder judiciário brasileiro, para assim verificar ou não a efetivação da cultura da paz. A pacificação social é um processo que acontece lenta e gradualmente no interior da pessoa, inclusive dos operadores do direito, portanto quando aderida, principalmente por estes, a mediação poderá ser ferramenta efetiva de transformação da cultura litigiosa na cultura de cooperação entre as partes.

Palavras chave: Mediação. Litigiosidade. Cultura da Paz. Conflito

¹ Cursando Direito pela Faculdade Católica Dom Orione

² Professora da Faculdade Católica Dom Orione

EDUCAÇÃO INDÍGENA KRAHÔ: MATERIAL DIDÁTICO BILÍNGUE E INTERCULTURAL

Ana Beatriz Sena da Silva (UFT)¹

Prof.º Dr.º Francisco Edviges Albuquerque (UFT)²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados do projeto de iniciação científica - PIBIC 2014/2016, cujo título é “Educação Escolar Indígena Krahô: Uma contribuição para produção de material didático” sob orientação do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque. Esse projeto visa a descrever e analisar o processo de produção de material didático-pedagógico bilíngue e intercultural na escola Krahô 19 de Abril da Aldeia Manoel Alves, na perspectiva dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Indígenas-RCNEI. O processo de produção de material didático inicia-se com a organização de texto escritos na Língua Materna e Língua Portuguesa, ilustrados com desenhos elaborados pelos próprios indígenas da Escola 19 de Abril. A produção deste material se dá tanto em língua materna quanto em português, além de abranger as seguintes áreas do conhecimento: Língua Materna Krahô, Língua Portuguesa, História e Geografia, Literatura, Ciências e Matemática. Todos esses materiais estão sendo utilizados nas escolas Krahô, como material didático e que integram os conteúdos ministrados em sala de aulas do Ensino Fundamental e Médio.

Palavras-chave: Material didático. Educação Escolar Indígena. Língua Materna.

¹ É graduanda do curso de Letras-Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT-campus de Araguaína). Participou do Programa de Monitoria Indígena-PIMI/UFT; Atualmente é bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq), com a pesquisa: “Educação Escolar Indígena Krahô: Uma contribuição para a educação de material didático”, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque. E-mail: anabeatriz_@uft.edu.br.

² Professor do curso de Letras-Português e Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT-campus de Araguaína), professor do Programa de Pós-graduação em Letras-PPGL, professor do curso de mestrado profissional em Letras-PROFLETRAS/UFT-campus de Araguaína. E-mail: fedviges@uol.com.br

DIREITO À SAÚDE BUCAL

Eliana dos Santos Andrade¹
Maria Aparecida Neto²

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo fazer uma reflexão sobre o direito à saúde, em especial a saúde bucal. É sabido que a saúde oral é importante para a saúde como um todo, pois esta traz qualidade de vida, ajuda a pessoa a ser inserida no mercado de trabalho, além de contribuir para o aumento da autoestima. A saúde, como prescreve a Carta Magna, “é direito de todos e dever do Estado”. Para que o direito à saúde seja efetivado faz-se necessário a participação de todos, família, escola, sociedade e em especial os profissionais da saúde e do direito. A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa observacional em dados da plataforma *Scielo*, com as palavras chaves: “saúde”, direito” e “saúde bucal”. Concluiu - se com este trabalho que o direito à saúde bucal ainda encontra-se à margem de direitos estabelecidos pela Constituição.

Palavras-chave: Saúde. Direito. Saúde Bucal.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Cirurgiã Dentista - Araguaína. E-mail: eliana.andrade@faculdefacit.edu.br.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Cirurgiã Dentista – Araguaína. E-mail: cidaneto2007@hotmail.com

A CELERIDADE PROCESSUAL E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Lillian Fonseca ¹
Matheus Romulo de S. Alves²

RESUMO

Considerando assim essas inovações legislativas, foi aprovado o novo Código de Processo Civil junto ao Senado Federal sendo apresentado como projeto 166/2010, este que visa uma maior celeridade processual e uma aproximação constitucional, já que em demasiados aspectos esta mudança faz com que o sistema processual se aproxime com o tão sonhado aspectos constitucional. Assim, concluímos que além de causar uma mudança legislativa, o novo Código de Processo Civil (novo CPC), permite que a possibilidade de uma maior celeridade quanto ao sistema judiciário.

Palavras-chave: Celeridade Processual. Novo Código de Processo Civil. Sistematização. Organicidade Constitucional. Primazia do mérito

A PARTICIPAÇÃO DO ACADÊMICO DE DIREITO NO ESTUDO DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO PRESO À LUZ DA PSICOLOGIA JURÍDICA

Héllica Cristina Pereira de Almeida Aguiar²

Sandro Dias³

RESUMO

O presente resumo faz parte de um trabalho maior de iniciação científica que tem como objetivo de analisar como o comportamento das encarceradas do Presídio Feminino de Babaçulândia é afetado com a leitura de obras a respeito de mulheres que passam pela mesma situação que elas se encontram, visando também compreender o motivo pelo qual as presas reincidem e criar um banco de dados de tais reincidências. Utilizar-se-á na metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. O presente trabalho está em fase de construção, não sendo possível, por ora, apresentar resultados práticos.

Palavras-chave: Leitura no presídio. Reincidência penal. Cadeia de Feminina de Babaçulândia.

¹ Professora da Faculdade Católica Dom Orione (FACDO) leciona nos curso de Administração e Direito e é pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão (NEIC).

² Acadêmico do 2^a período turma “b” de Direito na Faculdade Católica Dom Orione (FACDO) e pesquisador PROCIENT.

² Acadêmica do 3^o período de Direito da Faculdade Católica Dom Orione e pesquisadora de Iniciação Científica – hellicacristina@gmail.com

³ Doutorando em Letras, mestre em Direito, delegado da Polícia Civil do Estado do Tocantins, professor da Faculdade Católica Dom Orione e orientador de Iniciação Científica – diassandro2016@bol.com.br

A ORDEM CRONOLÓGICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL LEI 13.105/2015

Jaqueline Fernandes de Almeida¹

Lillian Fonseca²

RESUMO

O presente trabalho objetiva uma análise a respeito da ordem cronológica de conclusão dos processos do Novo Código de Processo Civil, inicialmente serão analisados alguns princípios constitucionais que norteiam o CPC de 2015, para fixar entendimento sobre sua proposta de alcançar celeridade nos atos processuais. Em um segundo momento será apreciada a norma do artigo 12, seus principais pontos, sua mudança terminológica, as críticas em relação alteração feita pela lei 13.256/2016, demonstrar os objetivos da ordem cronológica do NCPC e as exceções à regra do caput do art. 12 (ordem cronológica). A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Longe de exaurir todas as inovações da ordem cronológica, apresentaremos sobre sua regra e alteração, esta última ocorrida antes mesmo da entrada em vigor do NCPC.

Palavras chave: Ordem Cronológica. Celeridade. Código de Processo Civil.

¹ Acadêmica de Direito na Faculdade Católica Dom Orione (FACDO) e pesquisadora PROCIENT. Email: jaquelinefernandes1019@hotmail.com

² Professora da Faculdade Católica Dom Orione (FACDO) leciona nos curso de Administração

AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA ATRAVÉS DO DIREITO AO ACESSO À EDUCAÇÃO NO QUILOMBO: ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GROTÃO - FILADÉLFIA/TO

Karen Batista Sousa¹

Helena Mendes da Silva Lima²

RESUMO

O presente resumo faz parte de uma pesquisa de iniciação científica que tem como objetivo analisar e entender a realidade educacional, formal ou informal, da Comunidade Quilombola Grotão/TO. Assim como, a verificação desta, como fator de afirmação de identidade do quilombo, a fim de identificar se há aplicabilidade dos direitos concernentes à educação quilombola, bem como desenvolver mecanismos na tentativa de garanti-los. Utilizar-se-á na metodologia, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. É esta parte, do projeto de iniciação científica, de modo que as pesquisadoras estão delineando os primeiros tópicos, constando ainda da fase inicial de alguns estudos dos aspectos conceituais, razão porque ainda não há grandes resultados com maior elaboração.

Palavras-chave: Educação quilombola. Afirmação Identitária. Comunidade Grotão/TO. Direito à educação.

¹ Acadêmica do 3º período de Direito da Faculdade Católica Dom Orione e pesquisadora de Iniciação Científica – karen-batistakbs@hotmail.com

² Mestre em Ciências Sociais, professora da Faculdade Católica Dom Orione e orientadora de Iniciação Científica – helenamendes@catolicaorione.edu.br

SABERES E COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS À PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: SOCIALIZAÇÃO DE RESULTADOS

Leonardo dos Santos Bandeira¹

RESUMO

O presente trabalho propõe analisar, sob a ótica das teorias da educação, a respeito dos saberes e competências necessárias ao docente de Ciências Contábeis. As recentes pesquisas sobre essa temática tem demonstrado um perfil docente carente de capacidades profissionais específicas exigidas ao professor-contador. O estudo se desenvolve sob uma abordagem qualitativa do problema, pautado na pesquisa bibliográfica e em objetivos descritivo-exploratórios. Pretendeu-se enumerar, por meio da socialização de resultados de pesquisas anteriores, quais as capacidades são necessárias aos professores que ensinam tal ciência para que os discentes alcancem as competências que exigem o novo mercado. Nota-se que a busca por uma formação contínua refletida na construção permanente dos saberes docentes específicos e na transformação formativa e metodológica, com vistas à qualificação pedagógica, didática e contábil, precisa ser uma constante na carreira do professor-contador, sobretudo formação de natureza *stricto sensu*, para que atenda com eficácia ao processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Saberes docentes. Ensino de contabilidade. Capacidades docentes.

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC – Instituto Tocantins Presidente Antônio Carlos; Contador Interno no Grupo Viva Concessionárias de Veículos. E-mail: leosbandeira@gmail.com.

INFLAÇÃO, CÁLCULO E ANÁLISE EM ARAGUAÍNA-TO: TENDO COMO BASE OS PRODUTOS DA CESTA BÁSICA NACIONAL

Lucas Eduardo Ferreira Costa¹

Flávio Rafael Bonamigo²

Este estudo calcula a variação do valor da moeda em Araguaína-TO, fazendo-se um comparativo do índice encontrado com o índice oficial anunciado pelo governo. O objetivo é encontrar e divulgar o valor da cesta de consumo e a variação dos preços dos produtos que a compõe. O estudo desenvolve-se com base na bibliografia especializada sobre o tema e, em pesquisa de campo efetuada durante o período, de agosto de 2016 a agosto de 2017. Os valores encontrados até o momento foi que a cesta de consumo do mês de agosto de 2016 foi de R\$ 374,08 e, a de setembro de 2016 foi de R\$ 377,45. Resultando num índice de 0,90% de inflação no mês de setembro de 2016. Sendo que, o índice oficial foi de 0,08%. Portanto, a variação do valor da moeda neste período em Araguaína-TO foi acima do oficial em 0,82%.

Palavras-chave: Moeda. Variação. Sociedade.

¹ Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, Faculdade Católica Dom Orione.

² Mestre em Agroenergia pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Gestão de Negócios pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor da Faculdade Católica Dom Orione.

PERSONALIDADE COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL

Esloane Xavier Matos¹
Fabíola Sousa de Jesus²
Jepherson Dias do Nascimento³
Lúcia Maria Barbosa do Nascimento⁴ (Or.)

RESUMO

Considerando a personalidade como instituto jurídico e tema relevante da psicologia jurídica, objetiva-se identificar qual o princípio Constitucional que rege a personalidade no campo do Direito. Para tanto, realizou-se uma pesquisa exploratória por meio de coleta de dados bibliográficos em livros e artigos publicados no suporte papel e digital, o referencial teórico utilizado primou pela área do Direito Constitucional, Civil e Psicologia Jurídica. Resultados levam a afirmar que a personalidade no Direito é regida pela dignidade da pessoa humana, de modo a concluir que existem princípios Constitucionais que fundamentam a personalidade essa é tratada, tanto no aspecto jurídico como no psicológico, considerando a dignidade e formação psicológica da pessoa.

Palavras-Chave: Personalidade. Princípio. Dignidade.

¹ Graduanda do 1º período do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione. E-mail: esloanexaviermatos@gmail.com

² Graduanda do 1º período do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione. E-mail: fabby.sousa10@gmail.com

³ Graduando do 1º período do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione. E-mail: jephersondias@gmail.com

⁴ Professora da Faculdade Católica Dom Orione, ministra as disciplinas de introdução ao Estudo do Direito e Direitos Humanos. E-mail: luciamaria@catolicaorione.edu.br

CRIMES AMBIENTAIS URBANOS

Rodrigo Pereira Lopes¹

Maria Lúcia Barbosa do Nascimento²

RESUMO

Os crimes ambientais urbanos violam direitos que materializam a dignidade da pessoa nos cenários de espaços públicos urbanos. Com o objetivo de identificar os crimes ambientais urbanos ocorridos em Araguaína –TO, nos últimos três anos, e catalogá-los conforme conduta prescrita em lei, realizou-se estudo exploratório e descritivo com uso de dados bibliográficos existentes e dados criados por meio da pesquisa de campo delimitada à zona urbana e identificados por meio da *notitia criminis* localizadas em fontes de comunicação digital, impresso ou verbal. Utilizou-se o método da hermenêutica constitucional para interpretação do sentido das normas e a sua finalidade social. Resultados parciais apontam avanços na tutela do bem jurídico ambiental e a proteção com corresponsabilidade da sociedade ao interagir com o ambiente urbano, de modo a concluir que há ações recorrentes de violação de direitos ambientais por meio de condutas diversas de violação nos espaços urbanos.

Palavras-chave: Meio urbano. Crimes ambientais. Direitos humanos.

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione – FACDO – rodrigolopesuft@outlook.com.

² Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP; Professora na Faculdade Católica Dom Orione – FACDO - luciamaria@catolicaorione.edu.br

A SOCIEDADE UNIPESSOAL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Nefertite Cunha Amanajás¹
Prof. Priscila Francisco da Silva²

RESUMO

O presente estudo visa compreender a sociedade empresaria, em especial, a possibilidade de ser constituída por apenas um sócio. Nesse ínterim, deparamo-nos com a sociedade unipessoal, cujo teor do presente é conceituá-la, bem como compreender seus elementos existenciais, modalidades e peculiaridades, além de verificar a possibilidade de aplicação de tal modelo societário no ordenamento brasileiro. Os objetivos que visamos alcançar são: esclarecer a diferença da sociedade unipessoal e dos demais tipos societários, assim como verificar a aceitação da sociedade unipessoal no ordenamento brasileiro, e igualmente apurar os tipos societários formados por um único sócio no Brasil. Para o alcance da discussão faremos estudo bibliográfico, analisando artigos científicos, bem como a legislação brasileira.

Palavras-chave: Direito Empresarial; Sociedade Unipessoal; Sociedade no Ordenamento Brasileiro; Exceções de Sociedade.

¹Nefertite Cunha Amanajás. Acadêmica pesquisadora PROCIENT da Faculdade Católica Dom Orione; nefertite.amanajas@gmail.com

² Priscila Francisco da Silva. Docente da Faculdade Católica Dom Orione. Graduado, Especialista e Mestranda em Direito; priscilasilva@catolicaorione.edu.br

O USO DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIETÁRIOS

Marcus Adriano Cardoso Castro ¹

Priscila Francisco Silva ²

RESUMO

Buscou-se demonstrar a possibilidade de, por meio de uma boa técnica de mediação, solucionar conflitos internos de uma sociedade, que seriam capazes de ocasionar uma dissolução desnecessária. Assim sendo, de muita relevância é o instituto da mediação, que de certo “veio para ficar”, mormente na resolução de conflitos societários. O objetivo fim, então, é promover o conhecimento geral dos conflitos estudados, despertando o interesse pela resolução efetiva, por meio dos métodos extrajudiciais apresentados, mormente a mediação, em busca da pacificação social. Para tanto, utilizou-se nesse trabalho estudos específicos do direito comercial, com fim a identificar os principais conflitos havidos nas sociedades empresariais. Concomitantemente, analisou-se documentos estatísticos atualizados, bem como doutrinas atuais de mediação.

Palavras-chave: Mediação. Conflitos. Sociedade Empresarial

¹ Acadêmico do 8º Período do Curso de Direito na Faculdade Católica Dom Orione

² Professora de Direito Empresarial na Faculdade Católica Dom Orione

PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E A ATUAÇÃO ESTATAL

Alana Beatriz Silva Costa¹
Rodrigo Resplande Rodrigues²
Priscila Francisco Silva³

RESUMO

Este trabalho analisa o princípio da função social da empresa e sua relação junto ao Estado, com o objetivo de descrever as principais nuances em relação à sua conceituação, frente ao conflito existente entre o dever de assistência por parte do Estado e a distribuição dessa competência às empresas privadas. Empregou-se como método a pesquisa bibliográfica, a partir da análise de periódicos, livros, artigos, internet, etc. Verificando-se uma inconsistência em relação a este princípio, a doutrina alberga posicionamentos distintos nesse sentido. Considerando-se ao final sua importância e objetividade, como forma de se evitar que em razão da geração de lucros, as empresas ultrapassem os limites éticos sociais, ou seja, a função social é inserida à sociedade empresária com o propósito de humanizar as corporações e aproximá-las da coletividade e de seus consumidores.

Palavra-Chave: Empresa. Função Social. Atuação Estatal.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione. alanalopes54@hotmail.com.

² Graduando em Direito pela Faculdade Católica Dom Orione. resplandes52@gmail.com.

³ Mestranda em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins e Professora na Faculdade Católica Dom Orione. priscilasilva@catolicaorione.edu.br.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO MEIO ACADÊMICO

Sarah Dias da Silva¹
Nilsandra Martins de Castro²

RESUMO

A variação linguística nos permite ter uma compreensão ampla acerca da linguagem, esta nos permitir ter um olhar menos preconceituoso quanto aos diferentes falares, indiferente do grau de escolaridade, possibilitando um advogado interagir com os diferentes públicos, sem lhes constranger. Primeiramente, aprendesse a falar, conseqüentemente, a escrever, desse modo a escola procura ensinar o português “correto”. Mas será que existe certo e errado na linguagem? O português a qual se refere, é a norma culta da língua, seu valor é indispensável, porém não deve ser o único levado em conta. O objetivo do presente trabalho foi o de demonstrar a importância da variação na língua e seu valor nas relações sociais. Realizado através da pesquisa bibliográfica com base em autores de grande peso no tema abordado. O modo de falar está sempre em mudança, podendo ser pelo tempo, regionalidade, social ou cultural, não estando nem certo nem errado a maneira que se fala. No contexto explícito, a variação linguística é a facilidade da comunicação, uma vez que todos são capazes de entender.

Palavras- chave: Variação Linguística. Compreensão. Língua Portuguesa.

¹ Acadêmica do 1º período de Direito da Faculdade Católica Dom Orione. (s.sarahdias@gmail.com)

² Professora Mestre em Linguística Aplicada e doutoranda em Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins. E-mail: nilsandra@gmail.com

UMA ANALISE SOBRE CIDADANIA

Wanavlis Souza Fernandes¹

Lúcia Maria Barbosa do Nascimento² (Or.)

RESUMO

Considerando a percepção da comunidade acadêmica Faculdade Católica Dom Orione, acerca do que é ser cidadão, objetiva-se verificar qual a compreensão de cidadania desta comunidade acadêmica. Para tanto, realizou-se estudo bibliográfico sobre cidadania na perspectiva da área ciências políticas e pesquisa de campo com coleta de dados com uso de formulário no formato de cédula de votação. Os participantes foram alunos, professores e técnicos administrativos que estudam e trabalham na Faculdade católica Dom Orione. Os resultados apontam que a maioria dos participantes compreendem cidadania como direito a vida, a liberdade, a igualdade, o que permite concluir que ser cidadão para a comunidade acadêmica é ter direitos que ultrapassam o senso comum de votar e ser votado.

Palavras-chave: Cidadania. Comunidade FACDO. Percepção acadêmica.

¹ Graduanda do 1º período do Curso de Direito da Faculdade Católica Dom Orione. E.mail: Wanavlisf2013@hotmail.com.

² Professora da Faculdade Católica Dom Orione, ministra das disciplinas de Introdução do Estudo do Direito e Direitos Humanos. E.mail: luciamaria@catolicaorione.edu.br

RESUMOS EM FORMATO DE BANNER

NORMALIDADE E ANORMALIDADE¹

Jessica Gontijo;
Juliane Hirosse Malizia;
Millais Rippe;
Mariana Araújo;
Maristela Traldi Alves²;
Paulo de Tasso Moura de Alexandria Júnior³.

RESUMO

O intuito deste trabalho é demonstrar o que é ser normal e anormal nos paradigmas da Psicologia. Por possuir um vasto campo de conhecimento nesta área, o mesmo será focado em sua história, conceitos básicos, transtornos mentais, sociedade, preconceitos e o tabu dos questionamentos: "O que é ser normal?", "Quem disse que somos diferentes?", "Você está preparado para ter um surto psicótico devido à complexidade da sociedade?". Devido aos rótulos impostos pela sociedade à normalidade, é notável o preconceito em meio a um indivíduo que possui determinado tipo de transtorno mental, situação em que o próprio indivíduo é julgado e excluído da sociedade por o qualificarem como "perigoso" ou "não apto" para conviver socialmente.

Palavras-chave: normalidade; anormalidade; surto psicótico; exclusão social.

¹ CESANA, GIANCARLO. Somos todos limitados, e aí? Núcleo fé e saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.pucsp.br/fecultura/textos/bio_ciencias/11_somos.html>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

ARAGÃO, Soraya Rodrigues. Como reconhecer um surto psicótico. Disponível em <<http://www.consultoriapsi.net/news/como-reconhecer-um-surto-psicotico-na-adolescencia/>>. Acessado em 16 de outubro de 2016.

² Alunas matriculadas no 2º período noturno do curso de Psicologia da Faculdade Católica Dom Orione. E-mails: jessicagontijonunes@gmail.com

³ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (2001). Atualmente é psicólogo do Hospital Regional Público de Araguaína. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Coletiva. E-mail: palexia2@hotmail.com

OCORRÊNCIA DE GALHAS EM UM FRAGMENTO URBANO CERRADO EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS

Maurina Dias da Silva¹
Francisco Guttemberg dos Santos Oliveira¹
Luanne Pereira Gonçalves²
Claudia Scareli-Santos³

RESUMO

Galhas são caracterizadas por crescimentos anormais dos tecidos vegetais induzidas principalmente por insetos, cujas larvas estimularam mecânica e quimicamente alterações morfológicas, anatômicas e químicas que as diferem do órgão sadio da planta hospedeira. Objetivou-se realizar o levantamento das galhas em um fragmento de Cerrado situado no setor Tereza Hilário, na cidade de Araguaína, TO. Foram coletados ramos e folhas infestados por galhas, seguida das análises morfológicas utilizando microscópio estereoscópico e bibliografia específica. Evidenciaram-se oito morfotipos de galhas em seis espécies; apresentaram colorações verde, marrom, cinza e vermelha e em 87,5 são glabras. A maior ocorrência de galhas foi verificada nas folhas (87,5%), quanto à forma foram classificadas como globoide (62,5%), elíptica (25%) e polipoide (12,5%); a distribuição isolada ocorreu em 62,5%. Este trabalho contribuiu para o enriquecimento do conhecimento sobre as galhas no Estado do Tocantins e para o Bioma Cerrado.

Palavras-chave: Cecidologia urbana. Cerrado. Tocantins.

Apoio: UFT

IMPACTOS DO INSETO GALHADOR NA ARQUITETURA DE *Ouratea spectabilis* (Mart. Ex. Engl.) Engl (OCHNACEAE)

Francisco Guttemberg dos Santos Oliveira¹

Maurina Dias da Silva¹

Luanne Pereira Gonçalves²

Andreia Carneiro Sampaio³

Claudia Scareli-Santos⁴

RESUMO

Na interação inseto galhador-planta hospedeira ocorre alterações significativas no vegetal. Neste trabalho objetivou-se avaliar as modificações na arquitetura de *Ouratea spectabilis* (Ochnaceae) correlacionando os percentuais de infestação com a altura dos ramos, número de inflorescências e de frutificações. Foram amostrados 10 indivíduos (50 ramos) nas estações seca e chuvosa/2015, coletados na mata de galeria pertencente a UFT. Os ramos foram mensurados e divididos em três regiões denominadas basal, mediana e apical, seguida da contagem do número total de folhas sadias e infestadas por regiões, número de inflorescências e frutos. Evidenciou-se que o tamanho dos ramos correlacionou fraca e negativamente com o percentual de infestação ($r^2 = -0,1433$). Observou-se correlação entre o número de inflorescências com o tamanho dos ramos ($r^2 = 0,183$). A abundância dos frutos correlacionou positivamente com o tamanho dos ramos ($r^2 = 0,3005$). Os números de inflorescências e de frutos em *O. spectabilis* não foram alterados significativamente pela infestação.

Palavras-chave: Cerrado. Desenvolvimento vegetal. Tocantins.

Apoio: CNPq; UFT.

EFEITOS DA SAZONALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS GALHAS FOLIARES EM *Ouratea spectabilis* (MART. EX. ENGL.) ENGL (OCHNACEAE)

Francisco Guttemberg dos Santos Oliveira¹

Maurina Dias da Silva¹

Luanne Pereira Gonçalves²

Andreia Carneiro Sampaio³

Claudia Scareli-Santos⁴

RESUMO

Galhas são caracterizadas pelo crescimento anormal de células e tecidos em resposta aos estímulos do galhador. Neste trabalho objetivou-se analisar a influência da sazonalidade na distribuição espacial das galhas foliares em *Ouratea spectabilis* (Ochnaceae). Foram amostrados 10 indivíduos (50 ramos) nas estações seca e chuvosa/2015, coletados na mata de galeria pertencente a UFT. Analisou-se a distribuição espacial das galhas por ramo nas categorias basal, mediana e apical. Posteriormente 300 folhas foram amostradas e digitalizadas para verificar a abundância e distribuição de galhas nas regiões da borda, entre nervuras e sobre a nervura central do limbo. Foi evidenciada maior ocorrência de galhas na região entre nervuras ($p < 0,05$) nas três categorias basal (377,820), mediana (436, 880) e apical (506, 868), respectivamente, em ambas as estações. A abundância de galhas apresentou diferenças significativas entre as estações, sendo os maiores valores observados no período chuvoso nas categorias basal (870), mediana (925) e apical (928).

Palavras-chave: Abundância de galhas; Limbo foliar; Tocantins.

Apoio: CNPq; UFT.

SÚMULA VINCULANTE E O PAPEL DE LEGISLADOR POSITIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Leandro Barros de Moura¹

Osmar Junior Marques Martins²

Lúcia Maria Barbosa do Nascimento³ (Or.)

RESUMO

Considerando a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal instituir súmulas vinculantes, objetiva-se expor a prevalência de palavras no teor das súmulas vinculantes. Para tanto, realizou-se estudo teórico na área de Direito Constitucional e análise do teor das súmulas vinculantes com uso da ferramenta Tagul. Os resultados apontam que a palavra “lei” obteve maior prevalência, o que permite concluir que o Poder Judiciário legisla por meio das súmulas vinculantes ao tutelar direitos para garantir respostas igualitárias aos jurisdicionados, desta forma, o Supremo Tribunal Federal busca preencher lacunas deixadas pelos poderes Legislativo e Executivo no que se refere a direitos sociais e garantias fundamentais, que por vezes o Estado deixa de cumprir.

Palavras-chave: Súmula vinculante. Supremo Tribunal Federal. Teor documental.

¹ Especialista em Administração de Banco de Dados. Docência no Ensino Superior. Graduado em Sistema da Informação. Graduando do 1º período no Curso de Direito na Faculdade Católica Dom Orione. E-mail: leandrobdemoura2@gmail.com.

² Graduando do 1º período no Curso de Direito na Faculdade Católica Dom Orione. E-mail: osmarsfx@gmail.com

³ Professora da Faculdade Católica Dom Orione, ministra as disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito e Direitos Humanos. E-mail: luciamaria@catolicaorione.edu.br

APONTAMENTOS DOUTRINÁRIOS DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Carlos Adam Andrews Timóteo dos Santos¹

Leonardo dos Santos Bandeira²

RESUMO

A doutrina jurídica tributária prevê em seu arcabouço conceitual parâmetros que permitem estabelecer diferenças entre imunidade e isenção tributária. Ambas possuem caráter tributário impeditivo, mesmo que seja oriundo de prerrogativa do próprio Estado. Deste feito, objetiva o presente trabalho, de forma descritiva, identificar as principais diferenças apontadas entre imunidade e isenção tributária, por meio de uma abordagem qualitativa do problema. Adotando-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e a documental foi possível identificar, em toda a doutrina analisada, os principais aspectos que tornam a imunidade e a isenção tributária institutos dicotômicos: aquela é uma dispensa constitucional, atua no campo da não incidência e na definição da competência, onde inexistente relação jurídico-tributária e a norma é interpretada à luz dos princípios constitucionais; já esta é uma dispensa infraconstitucional, atua no campo da incidência do tributo e no exercício da competência, existindo a relação jurídico-tributária obrigacional e a norma é interpretada de forma literal.

Palavras-chave: Diferenças doutrinárias. Imunidade tributária. Isenção tributária.

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína (FAHESA/ITPAC); Assessor Jurídico na Secretaria Municipal da Fazenda. E-mail: carlos_andrewss@hotmail.com.

² Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC – Instituto Tocantins Presidente Antônio Carlos; Contador Interno no Grupo Viva Concessionárias de Veículos. E-mail: leosbandeira@gmail.com.

CRESCIMENTO QUANTITATIVO DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO ESTADO DO TOCANTINS: ABORDAGEM ESTATÍSTICA E CONCEITUAL

Carlos Adam Andrews Timóteo dos Santos¹
Leonardo dos Santos Bandeira²

RESUMO

A Lei Complementar nº 128/2008, que cria a figura do Microempreendedor Individual – MEI, ocasionou um significativo impacto no fenômeno da informalidade que se alastrava nos cenários econômicos das metrópoles e interiores. Esta figura empresarial cresceu de forma expressiva nos últimos anos, atingindo a marca de 6 milhões formalizações em 2016. Frente a esta realidade, esta pesquisa aborda de forma estatística e conceitual o crescimento quantitativo dos MEIs no estado do Tocantins no período jul./2009 – ago./2016. Aplica-se como procedimentos técnicos o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e documental. Os dados levantados revelam uma média de 6.986 registros anuais no período de análise; embora se perceba um declínio de formalizações desde 2014, o crescimento de MEIs no estado se comporta de forma progressiva, acumulando 48.899 em ago./2016. As três cidades mais populosas do estado (Palmas, Gurupi e Araguaína) cooperam com o maior número de registros no estado, representando 47,87% do total geral.

Palavras-chave: Crescimento quantitativo. Microempreendedor Individual. Tocantins.

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína (FAHESA/ITPAC); Assessor Jurídico na Secretaria Municipal da Fazenda. E-mail: carlos_andrewss@hotmail.com.

² Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Candido Mendes (UCAM); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC – Instituto Tocantins Presidente Antônio Carlos; Contador Interno no Grupo Viva Concessionárias de Veículos. E-mail: leosbandeira@gmail.com.

AUTONOMIA DA MULHER E DIREITOS

Maria Ribeiro Soares¹

Mauri Bezerra da Mota²

Mônica Ribeiro Chaves³

Lucia Maria Barbosa do Nascimento (Or)⁴.

RESUMO

Considerando a tutela jurídica dos direitos da mulher, objetiva-se analisar a autonomia da mulher com base na convenção interamericana Belém do Pará. Para tanto, realizou-se um estudo teórico e análise documental. Os resultados apontam que existe Direitos que garante a autonomia da mulher, mas desconhecimento e mistificação da própria perante esses direitos que materializam a sua autonomia, o que permite concluir que a autonomia da mulher é a sua participação e inserção igualitária nos diversos seguimentos da sociedade em aos homens em diversos aspectos, devido a cultura imposta desde e aos nossos antepassados.

Palavras chaves: Direitos Humanos, Mulher, Autonomia

¹ Maria Ribeiro Soares Graduada em Recursos Humanos.
Acadêmica do 1º Período de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.
Email: mariaevirasoares@gmail.com

² Mauri Bezerra da Mota Graduando.
Acadêmico do 1º Período de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.
Email: Mauri47@gmail.com

³ Maria Ribeiro Soares Graduada em Recursos Humanos.
Acadêmica do 1º Período de Direito da Faculdade Católica Dom Orione.
Email: mariaevirasoares@gmail.com

⁴ Professora da Faculdade Católica Dom Orione,
ministra as disciplinas de Introdução ao
Estudo do Direito e Direitos Humanos. Email: Luciamaria@catolicaorione.edu.br

DIREITOS DA MULHER

Maria Ribeiro Soares ¹
Mauri Bezerra da Mota²
Mônica Ribeiro Chaves³
Lucia Maria Barbosa do Nascimento (Or).

RESUMO

Considerando a tutela jurídica dos direitos da mulher, objetiva-se analisar a autonomia da mulher com base na convenção interamericana Belém do Pará. Para tanto, realizou-se um estudo teórico e análise documental. Os resultados apontam que existe Direitos que garante a autonomia da mulher, mas desconhecimento e mistificação da própria perante esses direitos que materializam a sua autonomia, o que permite concluir que a autonomia da mulher é a sua participação e inserção igualitária nos diversos seguimentos da sociedade em aos homens em diversos aspectos, devido a cultura imposta desde e aos nossos antepassados.

Palavras chaves: Direitos Humanos, Mulher, Autonomia

PROERD: UM OLHAR PARA O POVO

Renon Martins dos Santos¹

Letícia Carvalho dos Santos²

Nilsandra Martins de Castro³

RESUMO

O presente estudo aborda a aplicação do programa PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), desenvolvido pela Polícia Militar do Tocantins, no âmbito escolar, e seus efeitos causados dentro das escolas e fora delas. O objetivo é relatar a mudança de comportamento das crianças e adolescentes que participam do programa. Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, na cidade Colinas do Tocantins, onde o programa é aplicado na rede de ensino municipal, estadual e particular. Os resultados encontrados apontam para uma efetiva redução da ociosidade dos alunos participantes, e os resultados vão além do ambiente escolar, proporcionando ainda uma maior conscientização no tocantes ao uso de drogas e da violência na adolescência. Neste contexto, nota-se a importância da aplicação deste programa no âmbito escolar, e seus efeitos práticos causados no meio social.

Palavras-chave: PROERD. Drogas. Violência. Escolas.

¹ Acadêmico do curso de Direito da FACDO

² Acadêmico do curso de Direito da FACDO

³ Doutoranda e professora da FACDO

A CONTRIBUIÇÃO DE IMBÉ PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Karla Janaína Teixeira¹
Márcio Rodrigues Staudt²

RESUMO

O presente trabalho analisa diversos aspectos do Município de Imbé, localizado no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, através dos dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em geral do Censo de 2010, e IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, além de revisão bibliográfica da sintética produção acadêmica sobre o Município, visando avaliar se houve contribuição do mesmo no desenvolvimento regional, pela melhora dos índices, se houve desenvolvimento regional ou se o município refletiu apenas o avanço natural do país. Utilizando-se os dados oficiais, portanto, secundários, os resultados demonstram que o Município apresentou índices positivos, entre a média nacional e superior à esta em determinados pontos. Concluindo-se que, no contexto regional, o Município apresentou bom desempenho, qualificando sua colaboração para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Município; análise de dados; IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara – Faccat, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural – IDC. ktexpoa@gmail.com.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara – Faccat, Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, especialista em Gestão Educacional pela Universidade Feevale. marciostaudt@gmail.com.